

14, 15 e 16 de
novembro

Nova Organização Sindical, Transformações
no Mundo do Trabalho e Luta de Classes

CADERNO DE TESES

13º CTE

مليعت لالامعل رشع ثلاث لال رمتؤم لال

PALESTINA
LIVRE



Filial do
CUT
DF

46
ANOS



Centro Comunitário
Athos Bulcão (UnB)



قروح لال اني طسلف

Caderno de Teses



**Nova Organização Sindical, Transformações
no Mundo do Trabalho e Luta de Classes**

14 a 16 de novembro de 2025

APRESENTAÇÃO

As transformações no mundo do trabalho estão redefinindo profundamente a atuação do movimento sindical, um fenômeno observado não apenas no Brasil, mas em escala global.

Essas transformações não acontecem isoladamente ou desassociadas de outros fatores. O mundo passa por um momento em que forças reacionárias se unem e atuam em pelo menos quatro eixos para impor e normalizar a exploração.

A crise climática é o resultado da exploração predatória do planeta.

A crescente da economia de plataforma traz consigo a superexploração do trabalho, com o crescimento da informalidade, da precarização estrutural, da flexibilização e da retirada de direitos.

O avanço da extrema direita é um projeto político claro para viabilizar e “justificar” todas essas formas de exploração.

E os conflitos armados, sobretudo o de Israel contra o povo palestino – um dos mais longos e violentos do mundo – trazem a expressão máxima da imposição de um domínio geopolítico e econômico que se traduz, também, em exploração.

O que une esses quatro eixos é a lógica do desmonte, seja do ecossistema, dos direitos trabalhistas, da democracia e até da própria vida e da soberania de povos inteiros. São eixos que se retroalimentam e impactam, definitivamente, as estruturas sociais, onde os mais prejudicados compõem uma única classe: a classe trabalhadora.

Para esses 99% da sociedade, as consequências são devastadoras. No setor privado, assiste-se a um crescimento da informalidade, da precarização estrutural, da flexibilização e da retirada de direitos. Paralelamente, no setor público, intensificam-se as investidas por um Estado mínimo, marcadas por lobbies que visam privatizar os serviços e desmantelar os regramentos que garantem e protegem os servidores e seus direitos.

Esse panorama impõe uma percepção inédita sobre a classe trabalhadora e coloca em observação as estruturas tradicionais de organização sindical. O cenário torna urgente a adoção de novas abordagens para compreender e responder a essa realidade contemporânea, que intensifica a contradição entre capital e trabalho e atua no sentido de fragilizar a ação sindical.

Hoje, é imperativa a reflexão profunda sobre aspectos que impactam diretamente as estruturas sindicais. Entre eles, a descentralização e a fragmentação do trabalho; as novas estratégias de mobilização; o arcabouço de regulação e legislação; as transformações nas demandas da base; e o uso estratégico de ferramentas digitais.

Faz-se necessário ressaltar que a esfera digital se consolida como espaço de impulsão da luta sindical e do fortalecimento da mobilização das bases de trabalhadores. Portanto, é urgente e estratégico que o movimento sindical domine essas ferramentas de comunicação, mas com a compreensão crítica do que são essas plataformas: suas arquiteturas são intrinsecamente voltadas à maximização do lucro por meio de algoritmos opacos que priorizam o engajamento superficial, a polarização e o individualismo.

É nessa toada que ações fundamentais da atuação sindical, como o trabalho de base – que permanece sendo a espinha dorsal do movimento –, são centrais para que os sindicatos conheçam e se conectem, de forma real, com os problemas e demandas das suas bases.

Neste contexto de profundas transformações, realizaremos o 13º Congresso dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação. Nele, discutiremos a necessidade de um novo modelo de organização sindical, as transformações no mundo do trabalho e a luta de classes. É por isso que não podemos deixar de bradar: “Palestina livre”!

É também neste congresso que debateremos e aprovaremos mudanças no estatuto do Sinpro-DF para reforçar os instrumentos de organização e fortalecer nossa luta, garantindo uma atuação sindical ainda mais democrática e adaptada aos desafios atuais que enfrentamos na educação pública.

Vamos ao bom debate!

PROGRAMAÇÃO

14 DE NOVEMBRO | SEXTA-FEIRA

16h – Início do credenciamento

19h – Solenidade de abertura

Hino Nacional

Escola de Música de Brasília com Myrla Muniz

Mesa de abertura

Sinpro-DF / CNTE / CUT / MST / UBES / CONTEE / SAE / CLDF / ADUNB / UNB

Homenagem ao povo palestino

Embaixada da Palestina e Federação Árabe Palestina (FEPAL)

19h45 – Aula Magna: Caminhos da Educação Diante das Transformações no Mundo do Trabalho

Com **Márcio Pochmann** – Professor da Unicamp, ex-presidente do IPEA e atual presidente do IBGE

21h – Leitura e aprovação do Regimento Interno

22h – Coquetel de encerramento/Exposições

Voz e Violão com **Lucas Baraúna**

15 DE NOVEMBRO | SÁBADO

8h às 9h – Café da manhã

9h às 10h - Painel Conjunturas

Conjuntura internacional

Com **Robson Cardoch Valdez** – Secretário de Relações Internacionais da Fepal, é economista formado pelo The College of Staten Island – CUNY (EUA), doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor e pesquisador do Núcleo de Estudos Latino-Americanos/IREL-UnB.

Conjuntura nacional

Com **Olgamir Amancia** – Professora aposentada da SEEDF e ex-diretora do Sinpro-DF. Doutora e mestre em Educação pela UnB. É professora da UnB. Líder do Grupo de Pesquisa Insurgências: laboratório e investigações em extensão e direitos humanos-PPGDF/CEAM/UnB. Conselheira de notório saber do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM.

Conjuntura local

Com **Gabriel Magno** – Professor da rede pública da SEEDF, ex-diretor do Sinpro-DF e da CNTE. Atualmente é deputado distrital na Câmara Legislativa do Distrito Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

10h – Intervenções do plenário

11h às 12h30 - Apresentação e defesa de teses

12h – Encerramento do credenciamento

12h30 – Intervalo para o almoço

Atividade cultural com **Haila Ticiany**

13h30 às 17h30 - Debate da Reforma Estatutária

18h – Lançamento do 2º volume do Caderno do Sinpro “É Preciso Ser Antirracista”, pré-lançamento da campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” e preparação para a Marcha Nacional das Mulheres Negras, com show de Nãnan

16 DE NOVEMBRO | DOMINGO

8h às 9h – Café da manhã

9h às 12h – Debate da Reforma Estatutária

12h30 – Intervalo para o Almoço

MPB voz e violão com **Gabriel Barros**

13h30 - Assembleia Estatutária para aprovação das mudanças no estatuto, moções e plano de lutas

17h – Encerramento/Café

ÍNDICE

- 14** **TESE 1** — MAIS ORGANIZAÇÃO, MAIS LUTAS E MAIS CONQUISTAS!
TESE DA DIRETORIA DO SINPRO-DF
- 31** **TESE 2** — TESE DA UNIDOS PRA LUTAR PARA O
CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO DF: CONSTRUINDO UMA
NOVA DIREÇÃO SINDICAL 2025
- 37** **TESE 3** — TESES DE CONJUNTURAS DO COLETIVO DE EDUCADORAS
E EDUCADORES REVIRAVOLTA NA EDUCAÇÃO-DF PARA O 13º CTE
- 41** **TESE 4** — TESE DO MOVIMENTO LUTA DE CLASSES PARA O
13º CONGRESSO DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CTE)
“PALESTINA LIVRE”

CONTRIBUIÇÕES

- 50** TESE SOBRE GENOCÍDIO PALESTINO DE 1948 AO CONFLITO ATUAL
ENVOLVENDO PALESTINOS E ISRAEL
PROF. ANTONIO AHMAD YUSUF DAMES
- 54** DEFESA DA SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO!
TESE DO GRUPO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO
NOEG/EAPE/SEEDF
-

1. **REGIMENTO INTERNO**

2.

3. **CAPITULO - I DOS OBJETIVOS**

4. **Artigo 1º** O 13º Congresso dos/as Trabalhadores/as em Educação do Distrito Federal – Palestina Livre tem
5. como objetivo discutir e deliberar sobre os temas anunciados na convocação do Congresso: conjuntura
6. internacional, nacional e local; transformações no mundo trabalho que impactam na educação; nova
7. organização sindical; mudanças estatutárias e plano de lutas.
8.

9.

10.

11. **CAPITULO II - DA REALIZAÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO**

12. **Artigo 2º** O 13º Congresso dos/as Trabalhadores/as em Educação do Distrito Federal – Palestina Livre será
13. realizado de 14 a 16 de novembro de 2025, no Centro Comunitário Athos Bulcão da UnB .
14.

15. **Artigo 3º** A organização do 13º Congresso dos/as Trabalhadores/as em Educação do Distrito Federal –
16. Palestina Livre é de responsabilidade do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF), através
17. de sua Comissão Organizadora, e tem como competências:

18. a) Orientar e preparar o Congresso;

19. b) Propor o Regimento Interno;

20. c) Instalar o Congresso.
21.

22. **Artigo 4º** O 13º Congresso dos/as Trabalhadores/as em Educação do Distrito Federal – Palestina Livre é
23. soberano para deliberar sobre os assuntos constantes do artigo 1º deste regimento.
24.

25.

26.

27. **CAPITULO III – DA PARTICIPAÇÃO**

28. **Artigo 5º** Poderão participar do 13º Congresso dos/as Trabalhadores/as em Educação do Distrito Federal –
29. Palestina Livre:

30. I – Diretores/as do SINPRO-DF como delegados/as natos/as;
31.

32. II – Delegados/as sindicais eleitos/as nas escolas que comprovem sua eleição por meio de ata atualizada,
33. desde que inscritos/as dentro do prazo estabelecido pela Comissão Organizadora do Congresso;

34. III – Os/as educadores/as sindicalizados/as eleitos/as em seu local de trabalho, de acordo com os critérios
35. divulgados pelo SINPRO-DF terão a sua participação garantida, levando-se em consideração o número de
36. delegados/as a que cada escola tem direito;

37. IV – Os/as educadores/as sindicalizados/as, das Coordenações Regionais de Ensino (CREs), sendo estes/as
38. delegados/as eleitos/as na Gerência Regional de Educação Básica (GREB);
39.

40.

1. V – Os/as especialistas em educação – orientadores/as educacionais, sindicalizados/as, eleitos/as pelo coletivo
2. em suas respectivas Coordenações Regionais, com registro em ata;
3. VI – Os/as educadores/as aposentados/as eleitos/as em plenária específica, convocada para esse fim;
4. VII – Dois/duas (2) educadores/as sindicalizados/as, representantes da Secretaria de Educação de Ensino
5. Básico (SEEB);
- 6.
7. VIII – Dois/duas (2) educadores/as sindicalizados/as, representantes da Escola de Aperfeiçoamento dos
8. Profissionais de Educação (EAPE);
- 9.
10. IX - Outros casos (requisitado, afastado, em outras atividades) avaliados pela Comissão Organizadora do
11. Congresso, respeitado o limite máximo de delegados/as ao Congresso.
- 12.

13.

14. **Artigo 6º** Terão direito a voz e voto apenas os/as delegados/as credenciados/as neste Congresso.

15.

16.

17. **CAPÍTULO IV – DO CREDENCIAMENTO**

18. **Artigo 7º** O credenciamento dos/as delegados/as será realizado no local do Congresso:

19. Dia 14/11/2025, das 16h às 22h, e dia 15/11/2025, das 8h às 12h.

20.

21.

22. **CAPÍTULO V – DA COMPOSIÇÃO DAS MESAS**

23. **Artigo 8º** O 13º Congresso dos/as Trabalhadores/as em Educação do Distrito Federal – Palestina Livre será

24. composto por:

25. a) Mesas de discussão;

26. b) Plenárias para aprovação das resoluções, moções e emendas relativas ao tema do Congresso.

27.

28. **Artigo 9º** As mesas de debates ao 13º Congresso dos/as Trabalhadores/as em Educação do Distrito Federal

29. – Palestina Livre serão indicadas pela Comissão Organizadora.

30.

31.

32. **Artigo 10º** As mesas de debates serão compostas por:

33. a) Um (a) ou dois/duas convidados (as) pela organização do Congresso;

34. b) Dois mediadores (as) representantes do SINPRO/DF;

35.

36. **Parágrafo primeiro:** Após a exposição dos(as) palestrantes será aberta a discussão ao plenário, por

37. meio de intervenção de até 3 minutos com até 10 inscrições, garantindo a paridade de gênero.

38.

39.

40.

1. Parágrafo segundo: As inscrições serão feitas à mesa por meio da apresentação do crachá e se
2. encerrarão durante a fala do terceiro orador.

3.

4. Parágrafo terceiro: para efeito de organização e sistematização, as propostas de emendas à tese guia
5. deverão ser apresentadas por escrito até as 15h do dia 15.11.2025. Propostas enviadas após esse
6. horário não serão consideradas para apreciação.

7. Parágrafo quarto: só serão levadas à votação propostas apresentadas por escrito à mesa por meio digital.

8.

9.

10. **Artigo 11º** As deliberações nas plenárias serão tomadas por maioria simples de votos.

11.

12. **Artigo 12º** Na plenária de apresentação e defesa de teses, o proponente de cada tese completa terá 6 (seis)
13. minutos, e os proponentes das teses incompletas terão 3 (três) minutos cada.

14.

15. Parágrafo único: Imediatamente após as defesas das teses, a plenária deliberará, por maioria simples
16. de votos, sobre aquela que será a tese guia.

17.

18. **Artigo 13º** As emendas feitas à Tese Guia farão parte do relatório final, desde que:

19.

a) Aprovadas por consenso e/ou

20.

b) Aprovadas por maioria simples.

21.

22. **Artigo 14º** O tempo para intervenção será de até 3 (três) minutos, sem concessão de à parte.

23.

24. **Artigo 15º** Nas votações deverão ser observados ainda os seguintes aspectos:

25.

26. I – As questões de ordem e encaminhamento deverão, primeiro, serem encaminhadas à mesa.

27.

28. II - As declarações de voto serão feitas apenas por escrito.

29.

30. III – O direito de resposta deverá ser concedido apenas a quem for citado nominalmente e de forma pejorativa.

31.

32. IV – Durante o regime de votação, não serão permitidas questões de ordem ou encaminhamento.

33.

34. **Artigo 16º** As resoluções e moções apresentadas ao 13º Congresso dos/as Trabalhadores/as em Educação
35. do Distrito Federal – Palestina Livre terão que ser entregues à Comissão Organizadora do Congresso até as
36. 18h do dia 15/11/2025.

38.

39.

40.

1. **Artigo 17º** A comissão organizadora do 13º Congresso dos/as Trabalhadores/as em Educação do Distrito Federal
2. – Palestina Livre elaborará o texto final à luz das resoluções, emendas e moções aprovadas pelo Congresso.
3. Parágrafo único: Para ser levada à votação, as moções e resoluções deverão ter 20% (vinte por cento) de
4. assinaturas dos/as delegados/as participantes do Congresso.
- 5.
6. **Artigo 18º** Os casos omissos serão encaminhados pela Comissão Organizadora do 13º Congresso dos/as
7. Trabalhadores/as em Educação do Distrito Federal – Palestina Livre.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.

1. **Mais Organização, Mais Lutas e Mais Conquistas!**

2. **TESE DA DIRETORIA DO SINPRO-DF**

3.

4. **1 - Conjunturas Internacional, Nacional e Local**

5. O 13º Congresso das/os Trabalhadoras/es em Educação do Distrito Federal (CTE) se soma à resistência
6. no enfrentamento ao imperialismo estadunidense, principalmente, no que concerne ao avanço da
7. extrema direita, que tem como objetivo central o desmonte da soberania dos povos, a exploração e a tomada
8. dos recursos, a concentração de riquezas e o esfacelamento da classe trabalhadora.

9.

10. A extrema direita vem ganhando musculatura na última década no mundo, com a eleição de líderes
11. supremacistas que têm projetos de desmonte dos direitos e das políticas públicas conquistadas por
12. décadas pelos segmentos sociais, a exemplo das conquistas trabalhistas e da ampliação da diversidade
13. nos espaços públicos.

14.

15. Já nas eleições dos Estados Unidos, o atual presidente Donald Trump apontou a necessidade do país se
16. impor como império global, anunciando medidas de austeridade, em especial na América Latina, além da
17. prisão, morte e deportação em massa dos imigrantes. Não diferente, após a posse, anunciou o chamado
18. “tarifaço” e travou a guerra comercial contra a China e outros países, ameaçando os blocos econômicos
19. como o BRICS.

20.

21. Aplicou uma taxaço absurda ao Brasil e ainda defendeu a liberdade do fascista Bolsonaro como moeda
22. de troca. As manifestações populares contra a anistia para golpistas, contra a jornada 6 x 1 e pela taxaço de
23. super-ricos impuseram uma cunha nas ações da extrema direita ligada ao trumpismo e bolsonarismo.

24.

25. Não obstante, prendeu e deportou de forma humilhante imigrantes, inclusive legalizados, e fortaleceu
26. o discurso xenofóbico contra latino-americanos, não só nos EUA, mas em todo o mundo. Além disso deu
27. continuidade à campanha genocida de Israel contra as/os palestinas/os, sugerindo a desocupação compulsória
28. da Faixa de Gaza em prol do mercado imobiliário. Vale destacar, que desde outubro de 2023, a campanha
29. genocida de Israel contra o povo palestino registrou quase 70 mil mortos, em sua maioria, crianças, mulheres
30. e pessoas com mais de 65 anos. Segundo pesquisadores da Universidade de Yale (Londres), o Ministério
31. da Saúde Palestino provavelmente subestimou o número de vítimas em 41% até meados de 2024, isso por
32. conta da desintegração da infraestrutura de saúde da Faixa de Gaza. Trump agora impõe um acordo de
33. paz, mas não haverá reparação dos milhares que morreram. A luta pela criação do estado livre da Palestina
34. continua viva.

35.

36. Outra guerra financiada pelos EUA por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é a
37. da Rússia e Ucrânia, que dura mais de três anos, atingindo exclusivamente a classe trabalhadora daqueles
38. territórios, sem perspectiva de fim e com a contagem de mortos aumentando todos os dias.

39.

40.

1. Além dos conflitos, desmontes e retiradas de direitos que ocorrem nos diversos territórios no mundo,
2. a classe trabalhadora enfrenta a crise ambiental construída pelo capitalismo nos três últimos séculos
3. com a devastação do meio ambiente, isto é, a derrubada desenfreada das florestas e biomas, poluição,
4. a contaminação dos rios e mares, a exploração irresponsável do solo, seja por mineradoras e/ou pelo
5. agronegócio e a queima de combustíveis fósseis e outros, além do estímulo ao consumismo descontrolado
6. produzindo tonelada de lixos.

7.

8. A população mundial enfrenta a alta nas temperaturas, diversos tipos de desastres (enchentes, queimadas,
9. tornados, tufões e outros), enquanto a lista de bilionários cresce ainda mais todos os anos, não só com
10. destruição do planeta, mas com a mercantilização dos dados e da vida das pessoas, por meio das "bigtechs"
11. que faturam trilhões, além de estimularem e contribuírem com o fortalecimento do imperialismo, do discurso
12. de ódio e a intervenção sobre a soberania dos povos, por meio das *fake news*. É cada vez é mais comum o
13. uso da Inteligência Artificial nas campanhas eleitorais e no dia a dia, trazendo a insegurança nos diversos
14. âmbitos da vida. A COP 30 que está sendo realizada em Belém/PA terá um papel estratégico para enfrentar
15. esse desmonte ambiental no planeta.

16.

17. Nesta conjuntura, observamos ainda uma crise ambiental que atinge o nosso país e gera prejuízos
18. bilionários, como a reconstrução das cidades atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul no ano de
19. 2024, bem como os deslizamentos e as secas dos rios no Norte do Brasil.

20.

21. A polarização não é diferente no Brasil, resistimos ao avanço da extrema-direita e a tentativa de golpe
22. orquestrada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, em especial, generais das Forças Armadas, no
23. 8 de janeiro de 2023, dias após a posse do presidente Lula, eleito democraticamente.

24.

25. E mesmo depois do prejuízo milionário causado aos cofres públicos com a depredação e destruição das
26. casas dos três Poderes, parlamentares bolsonaristas tentam avançar no Congresso Nacional o Projeto de Lei
27. nº. 2.858/2022 (PL da Anistia), que visa não só conceder a um grupo específico de pessoas a extinção de suas
28. penas por crimes que eles tenham cometido no 8 de janeiro, mas também tornar o ex-presidente elegível.

29.

30. Porém, um fato histórico ocorreu: pela primeira vez no Brasil, assistimos à condenação de generais e de
31. um ex-presidente pela Suprema Corte por tentativa de golpe de Estado. Mais uma vez, as manifestações de
32. massas contra a anistia para golpistas foram determinantes para garantia da democracia e soberania do país.

33.

34. O poder Legislativo nacional continua investindo na destruição dos direitos da classe trabalhadora, não
35. sendo o bastante o desmonte da CLT e do serviço público com a aprovação das Reformas Trabalhista e
36. Previdenciária, a última investida foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que tem por
37. objetivo estabelecer limites para o pagamento de precatórios pelos municípios e abrir um novo prazo para
38. parcelamento de débitos com a Previdência Social. Vale lembrar que o Sinpro-DF teve um papel destacado
39. na luta para barrar o andamento dessa PEC como se encontrava.

40.

1. Neste momento, o Congresso Nacional reacionário, conservador e neoliberal, ataca novamente o serviço
2. público com outra famigerada reforma administrativa, que demanda uma forte reação do conjunto do
3. movimento sindical e popular, além de toda sociedade.

4.

5. Após grande manifestação popular, o Congresso Nacional aprovou a isenção do Imposto de Renda para
6. quem ganha até 5 mil reais. No entanto, o mesmo Congresso não aprova a taxaçaõ dos bilionários, bets e
7. banqueiros; no caso do ajuste do IOF.

8.

9. As lutas pela justiça tributária, pela redução da jornada de trabalho, pela defesa do Estado forte voltado
10. para a população, pela democracia e pela soberania do país continuam na ordem do dia em todos os campos
11. de mobilização da classe trabalhadora.

12.

13.

14. **Distrito Federal**

15. No Distrito Federal, continuamos na resistência à precarização da educação, das condições de trabalho,
16. na luta contra a militarização e a privatização, contra a censura e perseguição a profissionais da Educação.
17. Continuamos a enfrentar os projetos da extrema direita como a escola sem partido, o *homeschooling*,
18. o controle dos nossos profissionais do magistério que afeta a liberdade de cátedra, e demais ataques à
19. laicidade, a livros didáticos e trabalhos pedagógicos sobre raça, gênero e meio ambiente.

20.

21. O governo Ibaneis prioriza obras de asfaltamento das vias públicas mas secundariza a educação, a saúde
22. e a assistência social.

23.

24. O governo continua usando o Fundo Constitucional da União em uma operação de politicagem barata
25. e demagógica a favor das forças de segurança, deixando em último plano a educação e a saúde. Aprova na
26. CLDF a salvação de um banco falido em São Paulo com dinheiro público do DF, assim como se favorece com
27. a compra de apartamento em São Paulo e também de uma fazenda, via BRB. O governador utiliza benefícios
28. suspeitos do BRB, enquanto os servidores públicos, em especial as/os profissionais do magistério público,
29. encontram-se superendividadas/os com o mesmo banco.

30.

31. Para enfrentar esse estado de coisas na conjuntura atual, será fundamental um amplo movimento em
32. aliança com os movimentos sindicais, populares, democráticos e de esquerda, com a formação de uma
33. Frente de Luta capaz de enfrentar todos os ataques que o povo trabalhador vem sofrendo pela atual crise
34. do sistema capitalista. Crise essa que abre um flanco para a atuação do fascismo e que requer um forte
35. contraponto organizativo dos setores democráticos e populares do DF, do Brasil e do mundo.

36.

37.

38. **2 - Transformações no mundo do trabalho, luta de classes, meio ambiente e o impacto na educação e** 39. **na qualidade de vida da classe trabalhadora**

40. O mundo do trabalho passa por transformações profundas e aceleradas. O avanço das tecnologias digitais,

1. a difusão das plataformas de intermediação e o uso crescente da inteligência artificial alteram não apenas
2. a forma como se trabalha, mas também os vínculos, os direitos e o próprio sentido do trabalho. No centro
3. dessas mudanças, emerge uma realidade marcada pela fragmentação, pela instabilidade e pela intensificação
4. do controle sobre os/as trabalhadores/as.

- 5.
6. O que se convencionou chamar de “plataformização” do trabalho tem como uma de suas principais
7. características a substituição de vínculos formais por modelos de prestação de serviço mediados por aplicativos
8. e algoritmos. O/a trabalhador/a é transformado/a em “empreendedor/a de si mesmo/a”, sem garantias mínimas,
9. submetido/a à lógica da disponibilidade constante, da avaliação por desempenho e da ausência de mediações
10. coletivas. Trata-se de uma nova forma de precarização, frequentemente apresentada como inovação ou liberdade,
11. mas que esvazia o sentido coletivo da organização laboral e fragiliza conquistas históricas.

- 12.
13. Na educação, essas transformações também se fazem presentes. A expansão do ensino remoto, o uso intensivo
14. de plataformas privadas de gestão educacional e a automação de processos pedagógicos trazem impactos diretos
15. sobre a prática docente. A sobrecarga de trabalho, a desvalorização simbólica e material da atividade do/a professor/a,
16. bem como a crescente padronização dos conteúdos, são sintomas de um processo em curso de esvaziamento da
17. autonomia pedagógica. Se, por um lado, a incorporação de novas tecnologias pode ampliar o acesso e possibilitar
18. inovações, por outro, ela tem sido conduzida sob uma lógica neoliberal, sem diálogo com a categoria e com foco
19. exclusivo em “eficiência”, “produtividade” e redução de custos. O risco, nesse cenário, é que a educação pública seja
20. capturada por interesses mercantis, reduzindo a escola a um espaço de treinamento técnico, esvaziado de sentido
21. crítico, de convivência democrática e de construção coletiva do conhecimento.

- 22.
23. Essas transformações não ocorrem de forma isolada. Elas estão inseridas em um processo mais amplo
24. de reestruturação das relações de trabalho, no qual políticas de austeridade, desmonte do serviço público e
25. reformas que flexibilizam direitos trabalhistas ganham centralidade. No Brasil, após as reformas trabalhista e
26. da previdência, a pressão sobre o funcionalismo público se intensificou, com tentativas de reduzir carreiras,
27. limitar concursos e ampliar terceirizações — também no campo da educação, com o aumento expressivo
28. do número de professores/as em regime de contratação temporária. A carreira docente, nesse processo,
29. é sistematicamente desvalorizada, e a escola pública é tratada como despesa a ser contida, e não como
30. investimento estratégico para o país.

- 31.
32. Essas dinâmicas atingem de forma ainda mais brutal as mulheres, a população negra e os coletivos
33. LGBTQIAPN+, que compõem parte significativa da base da educação pública. A luta de classes, nesse sentido,
34. não pode ser compreendida sem a análise de suas dimensões interseccionais. As desigualdades de raça,
35. gênero e sexualidade não são secundárias, mas estruturam o modo como o capitalismo organiza o trabalho
36. e distribui precariedade. A divisão sexual e racial do trabalho, historicamente construída, posiciona mulheres
37. negras como as mais precarizadas, sub-remuneradas e invisibilizadas no sistema educacional e em outras
38. esferas do trabalho socialmente necessário. Assim, o enfrentamento às transformações no mundo do trabalho
39. exige também um olhar atento às múltiplas opressões que atravessam a classe trabalhadora.
- 40.

1. As transformações em curso no mundo do trabalho não afetam apenas a organização produtiva, mas têm
2. efeitos profundos sobre a qualidade de vida dos/as trabalhadores/as. Jornadas extensas, intensificação das tarefas,
3. instabilidade contratual e ausência de garantias impactam diretamente a saúde física e mental da categoria,
4. corroendo o tempo livre, o convívio familiar e a possibilidade de fruição cultural e política. No caso do magistério, a
5. sobreposição de funções — muitas vezes invisibilizadas — compromete o equilíbrio entre vida pessoal e profissional,
6. tornando o cotidiano docente exaustivo e adoecedor. Qualidade de vida, nesse contexto, não pode ser entendida
7. como um luxo individual, mas como condição coletiva para o exercício pleno do trabalho educativo. Lutar por
8. melhores condições de trabalho é, portanto, também lutar por tempo para viver, criar, cuidar e sonhar: dimensões
9. indispensáveis à construção de uma educação humanizadora e socialmente transformadora.

10.

11. As transformações no mundo do trabalho também estão profundamente ligadas à crise ambiental. O
12. modelo de produção e consumo imposto pelo capitalismo global — intensificado pelas novas tecnologias
13. e pela financeirização da economia — avança sobre os territórios, destrói ecossistemas e agrava as
14. desigualdades socioambientais. A exploração desenfreada de recursos naturais e a expansão do agronegócio
15. e das plataformas logísticas baseadas em combustíveis fósseis ampliam o adoecimento, o desemprego e
16. a precarização nas periferias urbanas e no campo. No Distrito Federal, como em todo o país, os efeitos da
17. degradação ambiental recaem sobretudo sobre os/as trabalhadores/as. A infraestrutura precária nas escolas
18. e as salas de aula superlotadas fazem parte de uma lógica de governo que prioriza apenas asfalto e concreto,
19. afetando o cotidiano da nossa categoria. A luta por trabalho digno e qualidade de vida está intrinsecamente
20. conectada à luta por justiça ambiental. Defender o meio ambiente é também defender o direito ao futuro,
21. à saúde e à vida — o que exige uma transição ecológica justa, com políticas públicas que unam proteção
22. ambiental, valorização do trabalho e redução das desigualdades.

23.

24. Diante desse cenário, o papel dos sindicatos e das organizações coletivas de trabalhadores/as torna-se
25. ainda mais urgente. É necessário desenvolver novas estratégias de mobilização que respondam aos desafios
26. colocados por essa nova configuração do trabalho, sem abrir mão da luta por valorização profissional, por
27. condições dignas de trabalho e pela defesa de uma escola pública, gratuita, democrática, inclusiva e de
28. qualidade socialmente referenciada.

29.

30. É fundamental que os/as professores/as estejam atentos/as aos impactos das tecnologias nas dinâmicas
31. escolares, mas também que se apropriem delas de forma crítica e coletiva, protagonizando os debates sobre
32. seus usos, limites e implicações pedagógicas. A formação continuada, a articulação com outras categorias do
33. serviço público, a mobilização nas comunidades escolares e o fortalecimento da ação sindical são caminhos
34. imprescindíveis para a construção de uma resistência ampla, enraizada e transformadora.

35.

36. Os/as profissionais do magistério público, mais do que nunca, exigem valorização, proteção legal
37. e investimento público consistente. Defender a educação é também defender o direito ao trabalho com
38. dignidade. E isso só será possível se compreendermos que as transformações no mundo do trabalho não
39. são neutras — são fruto de escolhas políticas que podem e devem ser disputadas coletivamente. É papel
40. do SINPRO-DF conectar a categoria às novas lutas e às novas formas de luta. O capitalismo contemporâneo

1. impõe uma lógica cada vez mais desumanizadora, que precisa ser enfrentada com ousadia, solidariedade e
2. organização coletiva. Construir alternativas exige imaginar o comum como horizonte possível — e isso só se
3. faz com os/as trabalhadores/as da educação organizados/as e conscientes de seu papel histórico.

4.

5.

6. **3 - A organização sindical diante das transformações no mundo do trabalho**

7. A organização sindical, em face das transformações no mundo do trabalho na atual quadra histórica do
8. sistema capitalista e da crise da sua variação neoliberal, enfrenta desafios e oportunidades para manter sua
9. relevância e eficácia na defesa dos direitos das/os trabalhadoras/es. A estrutura sindical, historicamente,
10. moldada pela lei, precisa adaptar-se a novas formas de trabalho, como o trabalho remoto, a economia de
11. plataforma e a precarização de contratos.

12.

13. A flexibilização do trabalho, a terceirização, o trabalho por projetos, a utilização de aplicativos e plataformas
14. de trabalho, e a crescente precarização das relações de trabalho, como o trabalho informal, desafiam a
15. estrutura tradicional dos sindicatos, que muitas vezes não conseguem alcançar esses trabalhadores, sobretudo
16. no campo da educação com as propostas de terceirização, uberização, plataformização e *homeschooling*.

17.

18. A crescente individualização do trabalho, a falta de tempo para a participação em atividades sindicais, e
19. a desconfiança em relação às instituições tradicionais, dificultam a organização sindical e a participação das
20. trabalhadoras/es nas lutas.

21.

22. As redes sociais e outras formas de expressão nessa pós-modernidade técnica, concorrem com os
23. sindicatos na representação das/es trabalhadoras/es e na defesa de seus direitos. A internet e as redes sociais
24. podem ser utilizadas pelos sindicatos para se conectar com as trabalhadoras/es, divulgar suas mensagens,
25. realizar consultar e votações, além de organizar ações rápidas e eficazes. Porém, nada substitui o bom e velho
26. trabalho de base no chão das escolas, das fábricas e dos demais locais de trabalho.

27.

28. Podemos fortalecer as nossas ações por meio de parcerias com outras organizações, como universidades, centros
29. de pesquisa e outros movimentos sociais. A formação permanente e continuada das/os dirigentes sindicais e do
30. conjunto da classe trabalhadora, em temas como direitos trabalhistas, negociação coletiva, sistemas educacionais,
31. novas tecnologias, questões de gênero e de raça e luta de classes, pode fortalecer a atuação sindical e ampliar a
32. participação das/os trabalhadores/as para ajudar a buscar novas formas de comunicação, organização e mobilização,
33. visando manter a relevância da luta de classes num contexto de enfrentamento com o capital.

34.

35.

36. **3.1 – Sobre a Reforma Estatutária**

37. As últimas mudanças ocorridas no estatuto do Sinpro-DF se deram em 2010. Hoje temos mais de 700
38. escolas públicas, muitas educadoras e educadores em contratação temporária, aumento no número de
39. aposentados. Novas demandas como de gênero e de raça precisam ser equalizadas, visando enfrentar os
40. desafios colocados.

1. Neste 13º Congresso das/os Trabalhadoras/es em Educação precisaremos pensar algumas alterações em
2. nosso Estatuto que consigam olhar para as mudanças em curso no mundo do trabalho e na educação, mas
3. sobretudo que busquem garantir maior atuação sindical na base da nossa categoria, com maior presença do
4. Sindicato nos locais de trabalho.

5.

6. As mulheres, majoritárias no magistério público do DF, precisam ter um peso relevante na composição da
7. direção colegiada do nosso sindicato.

8.

9. Vamos, portanto, aprofundar o debate e tomar decisões sobre o fortalecimento do trabalho de base, da
10. estrutura organizativa do nosso sindicato, da temporalidade do mandato sindical e do sistema de votação
11. das eleições do Sinpro-DF.

12.

13. Para isso, apresentamos as seguintes proposições de mudanças em nosso estatuto, em amarelo supressão
14. e em vermelho inclusão.

15.

16.

17. **CAPÍTULO I**

18. **Da Constituição**

19.

20. **SEÇÃO I**

21. *Constituição*

22.

23. Art. 1º - O Sindicato ~~dos Professores~~ **dos e das Profissionais do Magistério Público** no Distrito Federal,
24. entidade sem fins lucrativos, com sede em Brasília, no SIG – Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 06, nº 2.260,
25. é constituído para fins de defesa e representação legal da categoria profissional ~~dos(as) professores(as),~~
26. ~~orientadores(as) educacionais e especialistas em educação da rede pública de ensino, bem como dos(as)~~
27. ~~professores(as), orientadores(as) educacionais e especialistas em educação, autônomos(as) e aposentados(as),~~
28. na base territorial do Distrito Federal: **dos(as) professores(as) e pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais,**
29. **incluindo os** aposentados(as), **vinculados ao magistério público do Distrito Federal, em qualquer regime de**
30. **trabalho ou contratação.**

31.

32. Art. 3º – A base territorial do Sindicato, que abrange o Distrito Federal, será subdividida, para efeitos
33. administrativos e organizativos, em Bases Territoriais Regionais.

34. **Parágrafo único – As Bases Territoriais Regionais abrangerão a totalidade das regionais de ensino que compõem**
35. **a organização da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.** ~~Iniciais serão assim constituídas:~~

36. a) ~~Brazlândia;~~

37. b) ~~Ceilândia;~~

38. c) ~~Cruzeiro;~~

39. d) ~~Gama;~~

40. e) ~~Guará;~~

1. f) Núcleo Bandeirante;
2. g) Paranoá;
3. h) Planaltina;
4. i) Plano Piloto;
5. j) Recanto das Emas;
6. k) Riacho Fundo 1;
7. l) Riacho Fundo 2;
8. m) Samambaia;
9. n) Santa Maria;
10. o) São Sebastião;
11. p) Sobradinho;
12. q) Taguatinga.
13. § 2º - Com o surgimento de novas cidades Regiões Administrativas e o aumento do número de escolas, novas
14. bases territoriais poderão ser criadas com a aprovação de Assembleia Geral.
15. Art. 13 – As bases territoriais das cidades integradas à representação do Sindicato serão agrupadas em Bases
16. Territoriais Regionais.
17. Art.14 – A configuração de cada Base Territorial será elaborada segundo a localização do estabelecimento de
18. ensino localizado em cada cidade.
19. Art. 15 – A Base Territorial Regional Centro, delimitada na Regional do Plano Piloto, sediará a entidade.
- 20.
- 21.
22. **SEÇÃO II**
23. *Prerrogativas e Deveres*
- 24.
25. Art. 5º - A todo indivíduo que, por atividade profissional e/ou vínculo empregatício, integre a categoria
26. profissional dos(as) empregados(as), professores(as), orientadores(as) educacionais e especialistas
27. em educação professores(as) e pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais, efetivos(as), inclusive
28. aposentados(as), em qualquer regime de trabalho ou contratação, vinculados ao magistério público Distrito
29. Federal, é garantido o direito de ser admitido no Sindicato e ingressar no quadro de associados.
- 30.
31. Parágrafo Único – o(a) professor(a) aposentado(a) os(as) professores(as) e pedagogos(as)-orientadores(as)
32. educacionais, inclusive aposentados(as), em qualquer regime de trabalho ou contratação, vinculados ao
33. magistério público do Distrito Federal, em dia com suas contribuições financeiras, têm os mesmos direitos e
34. deveres dos(as) demais associados(as).
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.

1. **CAPÍTULO II**

2. **Dos(as) Associados(as) - Direitos e Deveres**

3.

4. Art. 10 – Ao(a) associado(a) aposentado(a) ou ao(a) afastado(a), temporariamente, serão assegurados todos
5. os direitos e deveres.

6.

7. Parágrafo Único 1º – Ao(a) associado(a) exonerado(a), **que tenham pelo menos 12 (doze) meses de filiação**
8. **ao Sindicato**, serão assegurados todos os direitos e deveres **sindicais, excetuando-se aqueles previstos nos**
9. **artigos 76 e 77**, por um período de 12 (doze) meses, contados da data da exoneração., sendo-lhe facultada a
10. isenção do pagamento das mensalidades.

11.

12. **Parágrafo 2º – O benefício previsto no parágrafo primeiro não se aplicará em casos que conflitem com as**
13. **disposições do presente Estatuto.**

14.

15. **Parágrafo 3º - Durante o período previsto no parágrafo primeiro, o(a) associado(a) poderá ser dispensado(a)**
16. **do pagamento das mensalidades sindicais.**

17.

18. Art. 11 – o(a) associado(a) que, por iniciativa própria, deixar a categoria de professor(a) e **pedagogos(as)-**
19. **orientadores(as) educacionais**, ingressando em outra categoria profissional, perderá, automaticamente, seus
20. direitos associativos.

21.

22. Parágrafo Único – Ao(a) associado(a) desempregado(a) ou que deixar a categoria, ~~fica~~ **será** assegurado o
23. direito à assistência jurídico-trabalhista concernente à condição de professor(a), pedagogo(a)-orientador(a)
24. educacional, inclusive aposentados(as), **em qualquer regime de trabalho ou contratação, vinculados ao**
25. **magistério público Distrito Federal. Tal assistência será garantida por um** ~~pelo~~ período de 24 (vinte e quatro)
26. meses após o rompimento do vínculo empregatício **a rescisão do vínculo empregatício, resguardando os**
27. **direitos decorrentes de sua atuação profissional anterior.**

28.

29.

30. **SEÇÃO III**

31. *Das Secretarias, Coordenação Executiva Colegiada, Diretoria Colegiada*

32.

33. **Composição, Atribuições e Competências**

34. Art. 27 – Compõem o sistema diretivo do Sindicato as seguintes instâncias:

35. a) uma Diretoria Colegiada, composta por ~~39 (trinta e nove)~~ **45 (quarenta e cinco)** diretores/ as,
36. divididos(as) em ~~13 (treze)~~ **15 (quinze)** Secretarias;

37.

38. Art. 28 – Compõem a Diretoria Colegiada as seguintes Secretarias:

39. 6. Secretaria de Assuntos Culturais **Cultura, Esporte e Lazer** – 03 (três) membros, sendo 01 um(uma)
40. Coordenador(a) Executivo(a);

1. 7. Secretaria de Imprensa e Divulgação **Comunicação** - 03 (três) membros, sendo 01 um(uma) Coordenador(a)
2. Executivo(a);
3. 10. Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade **de Combate ao Racismo** - 03 (três) membros, sendo 01
4. um(uma) Coordenador(a) Executivo(a);
5. 13. Secretaria de Políticas Sociais **de Direitos Humanos e Políticas Sociais** - 03 (três) membros, sendo 01
6. um(uma) Coordenador(a) Executivo(a).
7. 14. Secretaria de Políticas para a Diversidade Sexual e de Gênero - 03 (três) membros, sendo 01 (um/uma)
8. Coordenador(a) Executivo(a).
9. 15. Secretaria para Assuntos de Gestão Democrática - 03 (três) membros, sendo 01 (um/uma)
10. Coordenador(a) Executivo(a).
11. Parágrafo único - A Diretoria Colegiada terá 5 (cinco) suplentes **diretores adjuntos**, que assumirão funções.
12. de Direção, apenas nos casos de vacância previstos no presente Estatuto.
- 13.
14. Art. 29 - São atribuições da Diretoria Colegiada do Sindicato, entre outras:
15. **l) convocar assembleias ou plenárias regionais consultivas, quando necessário, com pauta de interesse**
16. **da categoria.**
- 17.
18. Art. 33 - Compete à Secretaria de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e de Estudos Socioeconômicos:
19. **i) orientar os(as) profissionais da educação no enfrentamento ao assédio e às diversas formas de**
20. **violência que possam sofrer.**
- 21.
22. Art. 35 - Compete à Secretaria de Política Educacional:
23. **h) fomentar a formação dos(as) profissionais do magistério público no combate ao assédio e às**
24. **violências sofridas pela categoria.**
- 25.
26. Art. 38 - Compete à Secretaria de Finanças:
27. **g) administrar o Fundo de Greve para organizar e custear as campanhas salariais e todas as mobilizações**
28. **que dizem respeito à preparação da greve, o período durante a greve e o pós-greve, inclusive o**
29. **pagamento de multas.**
- 30.
31. Art. 40 - Compete à Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade **de Combate ao Racismo**:
32. a) promover estudos relativos aos temas de sua competência;
33. b) propor políticas que visem a melhoria das condições de vida, especialmente em relação aos profissionais da
34. educação negras e negros, indígenas e ~~LGBTTTT LGBTQIA+~~ **da população negra;**
35. c) propor, promover e incentivar, nas escolas, o estudo da história e cultura da herança cultural da raça da
36. população negra e indígena, conforme a leis 10.639/2003 e 11645/2008, e de questões ligadas ao gênero e
37. sexualidade; **do povo negro;**
38. d) propor políticas de combate ao racismo e a xenofobia e à homofobia, e apoiar as vítimas dessas discriminações;
39. **e) Propor de forma transversal junto às demais secretarias do Sinpro o diálogo e ações de combate ao**
40. **racismo institucional e estrutural;**

1. f) Estabelecer parcerias com os diversos movimentos sociais negros com vistas a fortalecer ações em
2. prol da educação antirracista.
- 3.
4. Art. 42 – Compete à Secretaria de Políticas Sociais **de Direitos Humanos e Políticas Sociais:**
5. a) elaborar estudos e pesquisas sobre os movimentos sociais;
6. b) manter e estreitar as relações do sindicato com os movimentos estudantil e popular e as organizações
7. não governamentais;
8. c) assessorar as instâncias superiores da Diretoria, sobre a participação da categoria nas diversas lutas sociais;
9. d) propor políticas de combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo, à exploração sexual de crianças
10. e adolescentes, bem como zelar pelo cumprimento do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente);
11. do Estatuto do Idoso, e, garantir igualdade de oportunidades e acessibilidade para os(as) idosos(as);
12. pessoas com necessidades especiais e pessoas privadas de liberdade:
13. d) estabelecer parcerias com movimentos sociais e institucionais com vista a combater o trabalho
14. infantil, em defesa de políticas de promoção da acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência
15. (PCD's) e defesa do meio ambiente;
16. e) promover o debate junto à comunidade escolar com vista ao combate ao assédio e violência contra
17. a categoria;
18. f) promover e elaborar ações, estudos e debates sobre as questões relativas ao meio ambiente;
19. g) coordenar projetos ambientais aprovados pela diretoria colegiada.
- 20.
21. Art. 43 – Compete à Secretaria para Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras:
22. a) ~~implementar o Departamento Jurídico da Secretaria, com o objetivo de oferecer à categoria~~
23. ~~melhores condições no atendimento;~~
24. a) Acolher e amparar as mulheres educadoras vítimas de assédios de acordo com as diretrizes do
25. Protocolo de Combate às Violências do Sinpro-DF.
26. b) elaborar, coordenar e desenvolver políticas ~~no interior do Sindicato~~ para a promoção das mulheres
27. educadoras, na perspectiva das relações sociais de gênero, subsidiando-as para o debate e para a
28. prática destas questões, dentro das escolas e nas salas de aula.
- 29.
30. Art. 44 – Compete à Secretaria de Políticas para a Diversidade Sexual e de Gênero:
31. a) promover estudos em relação aos temas de competência;
32. b) propor políticas que visem à melhoria das condições de vida da população LGBTQIAPN+;
33. c) propor, promover e incentivar, nas escolas, o estudo e o debate na perspectiva de valorização e
34. respeito às orientações e identidades;
35. d) propor políticas de combate a LGBTQIAPN+FOBIA;
36. e) orientar e defender em conjunto com a Secretaria de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Estudos
37. Socioeconômicos os(as) profissionais vítimas de assédio, discriminações nas relações de trabalho em
38. razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero;
- 39.
- 40.

Art. 45 – Compete à Secretaria para Assuntos da Gestão Democrática:

- a) a defesa do respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e de qualidade social referenciada, em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- b) subsidiar, orientar e estimular o exercício da autonomia das unidades escolares, nos aspectos da construção dos projetos político-pedagógico, nas decisões administrativas e na gestão financeira, nos termos da legislação;
- c) propor e coordenar ações de enfrentamento a qualquer projeto de educação autoritária ou que fragilize os princípios da gestão democrática;
- d) elaborar estudos e propor debates sobre o processo de implementação e consolidação da gestão democrática nas escolas públicas, de educação básica e superior, do Distrito Federal;
- e) em parceria com a Secretaria de Políticas Educacionais, propor estudos e pesquisas sobre a destinação e aplicação de recursos financeiros, provenientes da Lei nº 6.023 de 18 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, PDAF e sobre o cumprimento do CAQ - Custo Aluno Qualidade;
- f) fica a cargo desta secretaria a Formação por Local de Trabalho referente à consolidação da Gestão Democrática no cotidiano das escolas públicas;
- g) em colaboração com o movimento estudantil, incentivar a criação e consolidação de Grêmios Estudantis nas escolas públicas do Distrito Federal;
- h) propor formação e campanhas de incentivo, criação, permanência e capacitação da comunidade escolar representada nas instâncias de participação: Assembleia Geral Escolar, Conselho Escolar, Conselho de Classe e Grêmio Estudantil;
- i) acompanhar a instituição perante órgãos da gestão democrática, Conselho de Educação do Distrito Federal, Fórum Distrital de Educação, Conferência Distrital de Educação, Conselho do Fundeb e Conselho de Alimentação Escolar;
- j) representar a categoria nas instâncias de participação da Gestão Democrática, Comissão Eleitoral Central e Comissões Eleitorais Regionais;
- k) acompanhar os debates sobre gestão democrática no âmbito da Comissão de Educação da CLDF.

Art. 49 – As Delegacias Sindicais de Base serão integradas pelos(as) associados(as) em exercício na Base Territorial, que se reunirão em Assembleias Regionais convocadas pela sua coordenação ou instâncias superiores pela Diretoria Colegiada.

SEÇÃO V

Do Conselho Geral de Delegados Sindicais

Art. 52 – O Conselho Geral de Delegados Sindicais (CGDS) será composto por todos(as) os(as) Delegados(as) Sindicais de Base (DSB) do Distrito Federal e a Diretoria Colegiada do SINPRO.

Parágrafo único – A eleição de delegados sindicais deverá ocorrer anualmente no primeiro semestre letivo.

Anualmente, cada escola deverá realizar a eleição de delegado (a) sindical e representantes por turno.

1. **CAPÍTULO VII**

2. **Do Processo Eleitoral**

3.

4.

5. **SEÇÃO I**

6. *Eleições*

7.

8. Art. 74 – Os membros da Direção Colegiada serão eleitos, em processo eleitoral único, a cada 03 (três)

9. **04 (quatro)** anos, em conformidade com os dispositivos legais e as determinações do presente Estatuto.

10.

11.

12. **SEÇÃO II**

13. *Eleitor*

14.

15. Art. 77 – É eleitor todo(a) associado(a) que na data da eleição:

16. a) tiver mais de 06 (seis) **12 (doze)** meses de inscrição no quadro social, ou seja, sindicalizado há, no

17. mínimo, 06 (seis) **12 (doze)** meses;

18. b) tiver quitado as mensalidades até 30 (trinta) dias antes das eleições;

19. c) estiver no gozo dos direitos sociais garantidos neste Estatuto;

20. d) encontrar-se em pleno gozo de sua capacidade jurídica, de acordo com a lei civil brasileira;

21. **e) estiver vinculado ao magistério público do Distrito Federal.**

22.

23.

24. **SEÇÃO III**

25. *Candidaturas - Inelegibilidade*

26.

27. Art. 78 – Poderá ser candidato(a) o(a) associado(a) que, na data da realização da eleição, em primeiro

28. escrutínio, **estiver inscrito no quadro social do sindicato há, no mínimo, 12 (doze) meses antes do processo**

29. **eleitoral** de inscrição no quadro social do Sindicato e, pelo menos 01 (um) ano de exercício da profissão,

30. estiver em dia com as mensalidades sindicais, ser maior de 18 anos e **estiver vinculado ao magistério público**

31. **do Distrito Federal.**

32.

33.

34. **SEÇÃO VI**

35. *Dos Procedimentos para Registro de Chapas*

36.

37. Art. 83 – No ato de registro, cada chapa deverá indicar, sob pena de ser

38. considerada incompleta, os 39 (trinta e nove) membros da Diretoria Colegiada e, dentre eles, especificar:

39. a) os 13 (treze) membros coordenadores(as) de Secretarias, que comporão a Coordenação Executiva Colegiada;

40. b) no mínimo, 45% de sua composição será destinada para um dos gêneros;

1. c) 05 (cinco) suplentes da Diretoria Colegiada;
2. § 1º - Cada chapa deverá apresentar, no ato de registro, sob pena de impugnação, no mínimo, 45% de sua
3. composição para um dos gêneros;
- 4.
5. § 2º Cada chapa deverá indicar, no ato de registro, os(as) (cinco) suplentes da Diretoria Colegiada, respeitando
6. os 45% de sua composição destinada a um dos gêneros;
- 7.
8. Art. 83 - No ato de registro, cada chapa deverá indicar, sob pena de ser considerada incompleta, os 45
9. (quarenta e cinco) membros da Diretoria Colegiada. Dentre esses, deverá especificar os 15 (quinze) membros
10. coordenadores(as) de Secretarias, os quais formarão a Coordenação Executiva Colegiada;
- 11.
12. Parágrafo 1º - No ato de registro, cada chapa deverá garantir, sob pena de impugnação, que no mínimo 50%
13. de sua composição seja formada por mulheres.
- 14.
15. Parágrafo 2º - Cada chapa deverá indicar, no ato de registro, os(as) 05 (cinco) suplentes diretores adjuntos da
16. Diretoria Colegiada, respeitando o critério estabelecido no § 1º.
- 17.
18. Art. 84 - Será recusado o registro de chapa incompleta. O registro de chapas que não atenda aos requisitos
19. formais exigidos pelo processo eleitoral, incluindo a indicação completa dos membros previstos no Estatuto
20. e o cumprimento das normas estabelecidas, será recusado pela Comissão Eleitoral.
21. Parágrafo Único - Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, a Comissão Eleitoral notificará
22. o interessado para que promova a correção, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de ter seu registro recusado.
- 23.
24. Art. 87 - No prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do encerramento do prazo de registro, a Comissão
25. Eleitoral fará publicar a relação nominal das chapas registradas, pelo mesmo meio utilizado para o edital de
26. convocação da eleição e declarará aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação.

29. SEÇÃO VII

30. Impugnação das Candidaturas

32. Art. 92 - O prazo para impugnação de candidatura é de 15 (quinze) 05 (cinco) dias seguidos da relação
33. nominal das chapas registradas.
- 34.
35. Parágrafo 1º - A impugnação, somente poderá versar sobre deverá se restringir às causas de inelegibilidade
36. previstas neste Estatuto e será proposta através apresentada por meio de requerimento fundamentado, dirigido
37. à Comissão Eleitoral. Após entregar contra-recibo na Secretaria, o requerimento deverá ser entregue, com
38. protocolo de recebimento, na Secretaria do Sindicato, por associado(a) em pleno gozo de seus direitos sindicais.

1. **SEÇÃO VIII**

2. *Voto Secreto*

3.

4. Art. 93 – O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

5. a) uso de cédula única contendo todas as chapas registradas;

6. b) isolamento do(a) eleitor(a) em cabine indevassável para o ato de votar;

7. c) verificação da autenticidade da cédula única e rubricada à vista dos membros da mesa coletora;

8. d) emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

9.

10. Parágrafo único – A critério da Comissão Eleitoral, e desde que garantido o fácil acesso dos(as) eleitores(as) aos locais
11. de votação, o pleito poderá ser dotado de sistema eletrônico de votos da justiça eleitoral brasileira ou sistema híbrido.

12.

13.

14. **SEÇÃO XII**

15. *Do Quórum, da Vacância e da Administração*

16.

17. Art. 113 – A eleição do Sindicato só será válida se participarem da votação, no mínimo, **Para fins de apuração**
18. **do quórum necessário para a validade da eleição do Sindicato será necessário, no mínimo um total de**
19. **votantes equivalente mais de 30% (trinta por cento) mais de 20% (vinte por cento)** dos(as) associados(as),
20. **professores(as) e pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais vinculados ao magistério público do Distrito**
21. **Federal, em qualquer regime de trabalho ou contratação.** Não obtendo este quorum, o(a) presidente/a da
22. mesa apuradora encerrará a eleição, inutilizará as cédulas e sobrecartas, sem abrí-las, notificando, em seguida,
23. a Comissão Eleitoral, para que esta promova nova eleição, nos termos de edital específico.

24.

25. Parágrafo 1º - Os(As) professores(as) e pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais aposentados(as) têm
26. o pleno direito de votar e serem votados(as) e **seus votos serão computados para fins de cumprimento do**
27. **quórum mínimo.**

28.

29. Parágrafo 2º - Os votos em referência no parágrafo 1º, do Artigo 115, não contam para efeito do quórum
30. previsto no Artigo 115.

31.

32.

33. **CAPÍTULO VIII**

34. **Das Disposições Finais e Transitórias**

35.

36. Art. 122 – Eventuais alterações ao presente Estatuto, no todo ou em parte, poderão ser procedidas, através
37. de Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, desde que aprovadas por 2% (dois por cento)
38. dos associados quite com suas mensalidades.

39.

40. Art. 123 – O presente Estatuto entrará em vigor a partir da aprovação em assembleia.

1. Art. 124 – A unificação com o Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar – SAE-DF, será objeto de
2. Congresso específico, entre as duas categorias.
- 3.
4. Parágrafo único – A data do Congresso, previsto no “caput” deste artigo, será definida em acordo entre o
5. SINPRO-DF. e o SAE-DF.
- 6.
7. Art. 125 – Fica criado, a partir da entrada em vigor do presente Estatuto, fundo de greve constituído por 10%
8. (dez por cento) da arrecadação mensal do SINPRO.
- 9.
10. PARÁGRAFO ÚNICO – Compete à Assembleia Geral deliberar a respeito da aplicação e à Diretoria Colegiada
11. a administração do Fundo de Greve.
- 12.
13. Art. 123 – A cota mínima de 50% de **mulheres** deve ser respeitada em todas as instâncias do Sindicato. No
14. caso de a representação apresentar número ímpar de vagas, garantir-se-á porcentagem mínima de 45% e
15. máxima de 55% para cada gênero.
- 16.
17. **Art. 130 - As disposições constantes deste Estatuto, bem como as alterações nele introduzidas, terão**
18. **validade e produzirão efeitos a partir da data de seu registro no cartório competente, revogando-se as**
19. **normas anteriores que lhe forem contrárias.**
- 20.
- 21.
22. **4 – PLANO DE LUTAS**
23. Diante dos grandes desafios que teremos pela frente, a viabilização do Plano de Lutas para o próximo
24. triênio exigirá sempre mobilizações tanto na base da nossa categoria quanto na sociedade. Buscar a
25. construção das lutas nas Assembleias Regionais, Sinpro nas cidades, nas plenárias de delegados(as), de
26. gestores(as), além da presença constante no espaço escolar, fazendo o debate aberto e profundo em defesa
27. da Escola Pública e transformadora.
- 28.
- 29.
30. **4.1 – LUTAS GERAIS**
31. - Defesa da democracia, da soberania e do Estado Democrático de Direito;
32. - Defesa das políticas de inclusão social e popular;
33. - Contribuir efetivamente para formação de alianças políticas com o objetivo de eleger o maior número de
34. governos e parlamentos com representações populares, progressistas, de esquerda e da classe trabalhadora;
35. - Apoiar os Comitês Populares de Lutas e as Brigadas Digitais da CUT para defender a democracia e a soberania
36. do país, além dos direitos sociais da classe trabalhadora;
37. - Contra da Reforma Administrativa neoliberal orquestrada pelo parlamento nacional;
38. - Lutar contra a fome e a miséria;
39. - Defender os povos da América Latina e do Caribe contra todas as formas de opressão por parte do
40. imperialismo estadunidense;

1. - Pelo fim das guerras e pela autodeterminação dos povos. Pelo fim da ocupação do território palestino pelo
2. exército de Israel.
3. - Lutar pela soberania do Brasil e contra as privatizações das empresas públicas (Petrobrás, Eletrobrás, Bancos
4. Públicos, Correios, universidades e outras);
5. - Defesa das populações indígenas, das comunidades quilombolas, das mulheres, das populações negras, das pessoas
6. com deficiência, das juventudes, dos idosos, das crianças e dos adolescentes e das comunidades LGBTQIAPN+
- 7.
- 8.

9. **4.2 – LUTAS EDUCACIONAIS**

10. - Em defesa da educação pública e de seus profissionais;
11. - Pelo cumprimento das metas do novo PNE;
12. - Defesa do Piso Nacional Salarial;
13. - Luta pela não militarização das escolas;
14. - Pelo direito a uma escola laica, democrática e que respeite a diversidade cultural, sexual e religiosa;
15. - Não ao homeschooling;
16. - Não aos princípios utilitaristas, mercadológicos e tecnicistas contidos na reforma do Ensino Médio e BNCC;
17. - Retomada do Plano Nacional e Sistema Nacional de Educação Públicos;
18. - Defesa da Educação Escolar Presencial e da profissão docente, contra a precarização, a terceirização, a
19. desprofissionalização e a superexploração do trabalho docente;
20. - Defesa e implementação do novo Plano Distrital de Educação - PDE;
21. - Implementação de educação em tempo integral conforme meta do Plano Distrital de Educação;
22. - Gestão Democrática do Ensino Público com autonomia financeira e política, conforme Lei nº 4.751, de 07
23. de fevereiro de 2012;
24. - Combater as propostas da “Lei da Mordaza” que visa penalizar os/as educadores/as que proponham o debate
25. crítico nas salas de aula, o famigerado projeto da “Escola Sem Partido”; além das câmeras em salas de aula;
26. - Criar políticas públicas de segurança nas imediações das escolas, como o Batalhão Escolar;
27. - Não redução do Programa de Descentralização Financeira e Orçamentária (PDAF);
28. - Contra turmas superlotadas;
29. - Lutar por concurso público;
30. - Convocação dos/as aprovados/as no concurso público;
31. - Lutar por segurança sanitária nas escolas.

32.
33.

34. **4.3 – LUTAS ECONÔMICAS**

35. - Garantir a implementação do novo Plano de Carreira, fruto da greve de 2025;
36. - Luta permanente pela aplicação da Meta 17 – PDE, garantindo a isonomia entre os trabalhadores em
37. educação com outras áreas com nível de escolarização equivalente;
38. - Incorporar aos salários todas as gratificações devidas;
39. - Luta permanente pela atualização do auxílio alimentação e plano de saúde;
40. - Garantir as conquistas para todos os/as aposentados/as.

1. **TESE DA UNIDOS PRA LUTAR PARA O CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO DF:**
2. **CONSTRUINDO UMA NOVA DIREÇÃO SINDICAL 2025**

3.

4.

5. **1. CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA**

6.

7. **1.1 Conjuntura Internacional**

8. O capitalismo enfrenta uma crise sistêmica sem precedentes desde 2008, combinando crises econômica,
9. política, ecológica, sanitária, ideológica e de hegemonia global. A raiz do problema está na tendência de
10. queda da taxa de lucro, levando à intensificação da exploração, repressão e destruição ambiental. Nenhuma
11. solução é viável dentro do sistema capitalista.

12.

13. E dentro dessa crise sem precedentes do capitalismo mundial, até o momento do fechamento desta
14. tese, o que salta aos olhos na crise mundial do capitalismo é o conflito Palestina x Israel. O mais recente
15. capítulo dessa tragédia histórica contra o povo palestino é a guerra em Gaza, que é um verdadeiro massacre
16. sem precedentes, de forma violenta e cruel contra milhares de palestinos, homens, mulheres, crianças,
17. trabalhadores, foram 2 anos de assassinatos constantes realizados pela força bruta israelense.

18.

19. O anunciado “acordo de paz”, por um lado é um respiro para milhares de famílias palestinas, mas sabemos
20. bem que é só tinta, sabemos que o massacre de Israel contra a Palestina vai continuar tendo o apoio e
21. autorização dos Estados Unidos, pontos cruciais para o povo Palestino simplesmente não foram citados no
22. acordo e demonstram muito mais o interesse do imperialismo americano em ter o controle do mundo sem
23. questionamentos do que uma solução para a crise política-militar no Oriente Médio.

24.

25. Para nós da **Unidos pra Lutar** a luta palestina e a solidariedade mundial ao povo palestino é uma tarefa
26. que permanece como prioritária na conjuntura política internacional e por isso afirmamos: **PALESTINA**
27. **LIVRE DO RIO AO MAR.**

28.

29.

30. **1.2 Conjuntura Nacional**

31. O governo Lula 3.0 é um governo burguês de Frente Ampla que vai da centro-esquerda até a extrema
32. direita. Já na campanha se expressou o acordão com um amplo espectro de partidos e setores burgueses que
33. fizeram parte da aliança que levava a chapa “Lula-Alckmin” na cabeça. Lula e o PT continuaram alimentando
34. essa aliança desde o primeiro dia de governo, incorporando na frente de Ministérios, políticos da direita
35. tradicional e do Centrão, inclusive bolsonaristas declarados: Carlos Fávaro (PSD), Agricultura e Pecuária; Jader
36. Barbalho Filho (MDB), Cidades; Juscelino Filho (UNIÃO), Comunicações; José Múcio (PRD), Defesa; André
37. Fufuca (PP), Esportes; Alexandre Silveira (PSD), Minas e Energia; André de Paula (PSD), Pesca e Apicultura;
38. Simone Tebet (MDB), Planejamento e Orçamento; Sílvio Costa Filho (Republicanos), Portos e Aeroportos;
39. Renan Filho (MDB), Transportes; Celso Sabino, (UNIÃO), Turismo.

40.

1. Como explicar a presença de representantes ligados ou que já tiveram alguma ligação com Bolsonaro
2. no atual governo Lula? Onde os setores de direita, centro-direita e a esquerda da ordem enxergam somente
3. a “governabilidade” como fundamental para sobrevivência, nós compreendemos que, um partido e um
4. governo que se propõe a ser gerente do capital deve assumir o ônus dos mecanismos necessários para
5. sobreviver nos diferentes regimes burgueses. Com o avanço de representantes ultraconservadores nas duas
6. casas do poder legislativo, o executivo cada vez mais se adequa absorvendo setores da direita e até da
7. extrema-direita para continuar governando. A lógica de escolher governar para o capital impõe acordos com
8. seus setores mais venais e corruptos.

9.

10. Esse time de Lula é o passaporte que tem a extrema-direita para retornar ao governo central do País. No
11. essencial para a burguesia, o governo Lula manteve as políticas do governo Bolsonaro, nenhuma ruptura, ao
12. contrário, com o passar dos meses, mais e mais ajustes o governo tem que implementar seja na economia, na
13. política, no meio ambiente. Lula quer explorar mais petróleo, agora na foz do rio Amazonas. É a frente ampla
14. abrindo as porteiras do Brasil para o pisoteio da boiada.

15.

16. O Governo Lula sustenta e encaminha a Reforma Administrativa, que na prática é uma verdadeira
17. campanha da burguesia para a retirada de direitos dos trabalhadores, tal reforma precisa ser amplamente
18. combatida pelas organizações da classe trabalhadora, enquanto essa reforma for ponto de pauta para o
19. Governo Lula os trabalhadores devem realizar greves, paralisações, manifestações, protestos e atos públicos
20. contra a implantação da Reforma Administrativa.

21.

22. Ainda assim, é fato que esse é um governo que gera confusão em parte das massas e na classe
23. trabalhadora em particular. O PT, pela sua origem na classe trabalhadora e por conservar uma inserção nela,
24. dirigindo grandes sindicatos e a principal central sindical do país, a CUT, cria expectativas, gera confusão na
25. consciência e coopta trabalhadores para o fazer parte do governo burguês. Isso coloca elementos diferentes
26. num governo burguês com características próprias. Embora, pela conjuntura mundial e nacional, as margens
27. que ele tem para dar alguma concepção às massas é inexistente, razão pela qual essas expectativas e confusões
28. já estão desaparecendo em grande parte da população.

29.

30.

31. **1.3 Conjuntura Local**

32. O Governo Ibaneis-Celina já escolheu a Educação como alvo principal de seus ataques e desmandos. O que
33. temos no GDF é um governo bolsonarista, golpista e anti-educação.

34.

35. Um dos principais ataques anti-pedagógicos do Governo Ibaneis-Celina é a implantação e ampliação nas
36. escolas públicas do DF um regime disciplinar policial dirigido pela Polícia Militar, isto é, a militarização das escolas
37. públicas, onde diversos absurdos de ações de policiais contra professores, alunos e pais têm acontecido.

38.

39. Antes de tudo é absolutamente fundamental ter nítido que o papel social de “formar alunos”, falando
40. especificamente de formação escolar, é da Professora/do Professor, que é o verdadeiro e o único profissional

1. com condições, habilidades, competências, procedimentos, atitudes e valores para “formar os alunos”, uma
2. vez que este é o seu ofício.

- 3.
4. O Governo Ibaneis-Celina se limita ao conceito de disciplina como um regime de ordem imposta, havendo
5. sempre uma relação de subordinação ou mesmo de submissão com forte repressão. No entanto para a
6. educação escolar que requer uma relação didático-pedagógica de ensino-aprendizagem, a disciplina resulta
7. em uma relação entre o professor e o aluno, em que a autoridade está situada na liberdade sadia de ambos.
8. A disciplina é uma ação permanente, de compreensão pacífica, equilibrada e harmônica entre a autoridade e
9. a liberdade. A disciplina também é uma relação de convivência na qual, mesmo considerando que jamais o
10. educador será igual ao educando, uma vez que eles possuem diferenças, a relação disciplinar entre educador-
11. educando é uma relação radicalmente democrática que implica uma compreensão de formação.

- 12.
13. No entanto, não podemos esquecer outro grande ataque a educação feito pelo GDF que é a exorbitante
14. quantidade de professores em contrato temporário. Visivelmente sabemos da qualidade profissional dessas
15. e desses companheiras e companheiros que possuem alto grau de condições para exercer a profissão, mas,
16. que sofrem a desqualidade da precarização nas escolas, onde são negados cotidianamente seus direitos
17. políticos, jurídicos, pedagógicos, trabalhistas e financeiros, mais do que nunca é necessário convocação
18. imediata de todos os aprovados e a realização imediata de um amplo concurso público para efetivação dos
19. companheiros em contrato temporário.
- 20.

21. Nossa última greve em junho de 2025 é um fator relevante a ser lembrado na conjuntura política local,
22. especificamente dentro do contexto da educação. A burocracia instalada há mais de 20 anos no aparelho
23. sindical do Sinpro, defendeu a greve com a intenção de encerrá-la uma semana depois, a greve para a
24. burocracia do Sinpro era simplesmente uma jogada de marketing para fazer propaganda eleitoral para
25. chapa 1, mas esbarrou na combatividade da categoria e desde o início começou sabotar a greve para que a
26. encerrasse e com o aval do GDF a burocracia do Sinpro traiu descaradamente a categoria encerrando a greve
27. contra a vontade da categoria, para assim agradar e cumprir seu acordo com o GDF.

- 28.
- 29.

30. 2. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO, LUTA DE CLASSES E QUALIDADE DE VIDA

31. No campo da luta de classes, houve avanços importantes, apesar da paralisia imposta pelas direções
32. sindicais governistas. No final de 2023, a mobilização contra a jornada 6x1 teve forte caráter espontâneo,
33. surgiu um setor como referência, o movimento Vida Além do Trabalho (VAT). Setores da esquerda, que
34. buscam disputar espaço com o VAT, adotam uma postura sectária, sem conseguir dialogar, o que os levou
35. a sair do VAT e criar algo sem força real. Atualmente, o processo de mobilização está mais paralisado em
36. relação ao ano passado, mas continua existindo. Em algumas regiões, como Curitiba, estão conseguindo
37. avançar e dialogar com uma juventude trabalhadora extremamente precarizada.

- 38.
39. Para 2025, a previsão é de novos ataques aos direitos trabalhistas, incluindo privatizações, arrocho salarial
40. e maior precarização do trabalho. Também há conflitos em torno da política ambiental, com o governo

1. querendo avançar na exploração do petróleo na foz do rio Amazonas. Em meio a emergência climática que
2. vivemos com ondas de calor sucessivas, a realização da COP 30 em Belém do Pará, Lula pressiona o IBAMA para
3. liberar logo a exploração de mais combustível fóssil, e, na Amazônia. É essencial seguir denunciando a Frente
4. Ampla e preparar respostas eficazes contra essas ofensivas. O que inclui um papel destacado na denúncia da
5. farsa da COP30, mobilizar e unificar as lutas dos trabalhadores(as), dos povos originários, movimentos sociais,
6. juventude e elaborar uma pauta única, de defesa da vida no planeta, dos direitos humanos, serviços públicos
7. e contra o capitalismo que a tudo e todos destrói.

8.

9. Diante da capitulação à política de frente ampla e do ceticismo da esquerda reformista e adaptada ao
10. capital é necessário buscar dialogar e unificar ações com todos que queiram lutar, de forma independente.
11. A **UNIDOS PRA LUTAR** como parte da classe trabalhadora, aposta na saída de unificação dos trabalhadores
12. para começar a superar a crise de direção política da classe trabalhadora.

13.

14.

15. 3. ORGANIZAÇÃO SINDICAL E REFORMA ESTATUTÁRIA

16. 3.1 CARTA DE PRINCÍPIOS:

17. A **UNIDOS PRA LUTAR** foi criada em processo democrático de debate, soberano e independentes
18. por dirigentes e ativistas sindicais de mais de 10 estados brasileiros presentes na Assembleia Geral de
19. fundação ocorrida no dia 13 de novembro de 2010, na cidade de São Paulo – Capital.

20.

21. **1. A UNIDOS PRA LUTAR** nasceu da necessidade política, frente à fragmentação e risco de dispersão, da
22. esquerda classista e combativa de nosso país em enfrentar a política de ataques dos governos e patrões
23. de retirar conquistas e direitos dos trabalhadores.

24.

25. **2. Frente a traição da CUT e das centrais sindicais oficiais que tem servido como roda auxiliar da política**
26. **do governo no movimento sindical e devido à ausência de uma ferramenta política que unifique todos**
27. **(as) que queiram lutar contra os governos e os patrões, a UNIDOS PRA LUTAR se constitui como parte**
28. **objetiva e subjetiva do esforço coletivo de construir uma Central Sindical de Trabalhadores da**
29. **cidade e do campo.**

30.

31. **3. A UNIDOS PRA LUTAR** proclama, em alto e bom som, seu compromisso e sua **luta na construção do**
32. **socialismo** como única forma de trilhar o caminho na eliminação completa da “exploração do homem
33. pelo próprio homem”. Nessa luta estamos ao lado dos excluídos e oprimidos, na mesma trincheira das
34. nações agredidas pelo imperialismo, contra toda forma de opressão seja ela sexual, racial ou étnica. Pelas
35. mais completas liberdades democráticas como forma de expressar opiniões e desejos.

36.

37. **4. A UNIDOS PRA LUTAR é uma tendência sindical de combate** para intervir nas lutas e mobilizações dos
38. trabalhadores contra os governos e os patrões. A estrutura de nossas entidades, política e financeiramente,
39. tem que estar a serviço dos interesses de nossa classe, e não somente de nossas categorias ou ramo de
40. atividade. Contra os pelegos de plantão que negociam direitos dos trabalhadores, procuramos disputar a

1. direção de cada luta e de cada sindicato, unificando pela base, as campanhas salariais e as mobilizações
2. que ocorram não só para tirá-las do isolamento a que estejam submetidas, mas também para que sejam
3. vitoriosas. Estamos contra a divisão das campanhas salariais e a criação de entidades artificiais, sindicatos
4. e associações fantasmas sem nenhuma representação na base. Apoiamos em cada eleição sindical não só
5. politicamente, mas com estrutura financeira, todas as chapas do campo classista e de luta, que coloque
6. os interesses dos trabalhadores em primeiro lugar e não de partidos políticos.

7.
8. **5. A UNIDOS PRA LUTAR é uma tendência sindical classista.** Defende a unidade dos trabalhadores com
9. os setores populares, com os sem-terra, sem-teto, desempregados, e também a juventude trabalhadora e
10. estudantil, como única forma de fortalecer a luta com possibilidade efetiva de vitória no confronto com
11. nossos inimigos de classe. Mas, essa unidade tem um eixo claro: a classe trabalhadora e suas entidades,
12. porque é a única capaz de paralisar o funcionamento da economia; produção, circulação, serviços,
13. golpeando o coração do sistema capitalista que é o lucro. A única classe que pode pôr para funcionar a
14. economia sem necessidade de patrões, a única classe que por essas razões pode ser vanguarda na luta
15. pela socialização dos meios de produção, medida indispensável para conquistar uma sociedade socialista
16. e uma economia que funcione a serviço da maioria do povo pobre.

17.
18. **6. A UNIDOS PRA LUTAR é uma tendência sindical democrática,** respeita às opiniões divergentes em seu
19. seio, nos marcos desta declaração de princípios e do seu estatuto. Por isso defende a existência de critérios
20. claros de participação política na vida e nas estruturas das entidades dos trabalhadores, definidas pelos
21. próprios trabalhadores. Nos sindicatos, associações e movimentos que organizamos e onde houver mais
22. de dois setores políticos e ideológicos organizados do campo da esquerda classista e de oposição clara aos
23. governos e patrões defendemos chapas unitárias, cujo critério de composição seja a convenção de base,
24. com proporcionalidade direta e qualificada para enfrentar unitariamente os pelegos a serviço dos governos
25. e patrões.

26.
27. **7. A UNIDOS PRA LUTAR é uma tendência sindical que defende a mais completa autonomia de**
28. **organização dos trabalhadores.** Cabe aos trabalhadores decidirem como melhor se organizar para
29. defender seus direitos e interesses de classe. Cabe aos trabalhadores à definição dos estatutos de suas
30. entidades, quais devem ser seus dirigentes, suas plataformas políticas e métodos de luta. Somente
31. os trabalhadores podem financiar suas entidades, não pode haver nenhuma dependência do Estado
32. capitalista, dos patrões e do governo, seja qual for. Por isso lutamos pela mais ampla Liberdade de
33. organização e denunciemos e combatemos todas as práticas anti-sindicais patrocinadas pelos governos,
34. sejam eles quais forem, e pelos patrões no sentido de inibir toda e qualquer forma de organização dos
35. trabalhadores.

36.
37. **8. A UNIDOS PRA LUTAR é uma tendência sindical que defende a independência política dos**
38. **trabalhadores, porque a “emancipação dos trabalhadores, será obra dos próprios trabalhadores”.** Nas
39. entidades em que temos intervenção política, são os próprios trabalhadores, nas instâncias das entidades
40. que devem decidir sobre todos os aspectos da vida e da organização de suas lutas. Combatemos toda

1. e qualquer forma de aparelhamento político governamental ou partidário das entidades, não se pode
2. confundir a opção por filiação partidária, que é lícita, com o funcionamento e a estrutura do movimento.
- 3.

4. **9. A UNIDOS PRA LUTAR é uma tendência sindical que defende a mais completa unidade sindical**
5. **dos trabalhadores.** Essa concepção parte do fato de que as entidades do movimento sindical, de forma
6. bem particular, são organismos de frente única, portanto representam todos (as) trabalhadores (as)
7. independentes de suas opções políticas e ideológicas. As entidades do movimento sindical representam
8. todos os trabalhadores não somente os associados.

- 9.
10. **10. A UNIDOS PRA LUTAR é uma tendência sindical internacionalista,** porque “a classe trabalhadora
11. não tem pátria”. Apoiamos as lutas de nossos irmãos de classe, dos trabalhadores, camponeses, indígenas,
12. e setores populares que, no mundo, lutam contra a exploração capitalista dos governos de plantão.
13. Nossa política de atuação como organização é de classe, no Brasil e no mundo. Rejeitamos o apoio e o
14. atrelamento dos trabalhadores e suas entidades aos governos que por mais progressivos que se definam,
15. e por mais atritos que tenham com o imperialismo, continuam nos marcos do capitalismo garantindo o
16. lucro das multinacionais e dos patrões.

- 17.
18. SÃO PAULO-SP, 13 DE NOVEMBRO DE 2010
19. UNIDOS SOMOS FORTES!
- 20.
- 21.

22. **3.2 PROPOSTAS DE MUDANÇA NO ESTATUTO**

23. PROPOSTA SUBSTITUTIVA/ADITIVA

- 24.
25. CAPÍTULO VIII – Do Processo Eleitoral – SEÇÃO I – Eleições

26. Art. 76 – Parágrafo 1 – A cada eleição, pelo menos 50% da diretoria deverá ser renovado.

- 27.
28. Parágrafo 2 – É vedada a reeleição por mais de 02 mandatos consecutivo aos membros da Diretoria Colegiada,
29. Coordenação Executiva Colegiada, bem como aos membros do Conselho Fiscal.

30. PROPOSTA ADITIVA

31. Novo Artigo – No sentido de garantir a mais ampla lisura do processo eleitoral, as eleições serão realizadas
32. com urnas eletrônicas.

- 33.
34. Brasília, 27 de maio de 2025.
35. Tese atualizada em 13/10/2025
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.

1. **TESES DE CONJUNTURAS DO COLETIVO DE EDUCADORAS E EDUCADORES**
2. **REVIRAVOLTA NA EDUCAÇÃO-DF PARA O 13º CTE**

3.

4.

5. **Conjuntura Internacional**

6. O cenário internacional está marcado pelo genocídio do povo palestino feito em sua própria terra, pelo
7. estado nazissionista de Israel, pela luta da resistência do povo ucraniano contra a invasão imperialista de
8. Putin da Rússia. Pelo retorno de Trump à presidência dos Estados Unidos, fortalecendo o ataque das extremas
9. direitas no Mundo contra a Humanidade. Na posse de Trump tivemos o nojo de ver o discurso de seu
10. vice-presidente J.D. Vance elegendo os professores como os maiores inimigos. A disputa entre as potências
11. imperialistas dos Estados Unidos, União Européia Rússia e China. A submissão do Brasil à China nos BRICS.
12. Os ataques aos imigrantes nos Estados Unidos. O Encarceramento em massa no campo de concentração em
13. El Salvador. O aproveitamento do combate ao crime organizado pelas burguesias nacionais que aproveitam
14. para fraudar eleições como no Equador. A aplicação de planos econômicos desumanos como o feito por Milei
15. na Argentina, que enfrentam violentamente a resistência dos trabalhadores e do povo nas ruas.

16.

17. As burguesias, principalmente de extrema-direita, atacam no Mundo. Os trabalhadores devem se
18. reorganizar para derrotá-las impondo a resposta dos trabalhadores e povos contra as políticas e governos
19. que ameaçam a sobrevivência da Humanidade e a destruição do Planeta Terra.

20.

21. Há condições para isto. A grande manifestação contra a 'PEC da Bandidagem' reafirma que para derrotar
22. as direitas, temos que voltar as ruas fazendo grandes movimentos de massa em prol das reivindicações dos
23. trabalhadores e do povo.

24.

25.

26. **Conjuntura Nacional**

27. No Brasil, temos um governo que suou para vencer a eleição de 2022 e enfrentou um movimento golpista
28. que tentou o golpe de 8/1/2023. O Governo Lula pouco fez para derrotar esse movimento que se arvora no
29. Bolsonarismo. Colocou bolsonaristas em seu ministério e tentou faturar politicamente em cima de políticas
30. assistencialistas, insuficientes ante à sabotagem econômica da burguesia do Agro, mesmo após este setor
31. ter ganho o maior Plano Safra da História. Tentando conciliar as classes sociais antagônicas ficando de bem
32. com o "Mercado", o Governo Lula criou o Arcabouço Fiscal, novo teto de gastos sociais e realiza políticas que
33. atendem mais as burguesias do que sua base social, decepcionando-a e abrindo espaço para o crescimento
34. de todas as direitas. O corte de verbas para a educação federal que ameaça inviabilizar o funcionamento da
35. Educação Superior Federal exemplifica isso.

36.

37.

38. **Conjuntura Distrital**

39. O Governo Ibaneis, ala bolsonaristas do MDB, partido integrante do governo Lula, se construiu surfando o
40. crescimento das extremas-direitas no Brasil. Se reelegeu no 1º. turno em 2022 e ajudou a tentativa de golpe

1. de 2023. Fazendo um “acordão” se safou de intervenção e perda de mandato, mas não antes sem perder toda
2. a cúpula da Secretaria de Saúde, que foi toda presa por escândalos de corrupção durante a pandemia e a
3. cúpula da PM que foi toda presa por conta de participação no 8/1/2023.

4.

5. Por conta de fazer parte de um partido que é importante para o governo Lula, as entidades sindicais ligadas à
6. CUT, inclusive o Sinpro, pegaram leve com Ibaneis em seu primeiro mandato, fazendo com ele pudesse construir
7. bases na população mais pobre com o ajuda de igrejas reacionárias. Ibaneis aplica planos populistas visando se
8. tornar senador. Arrocha seletivamente o funcionalismo distrital, favorece as polícias e empresários dos transportes,
9. prejudicando a Educação e a Saúde. Ibaneis tem recursos para pagar reajustes salariais e inflacionários, mas
10. busca destruir a Educação e Saúde Públicas garantindo sua eleição. O melhor exemplo é que tem recursos para
11. pagar reajustes melhores para a Educação, mas preferiu comprar um banco.

12.

13.

14. **Resoluções para o ponto de Conjunturas:**

15. 1. Realizar campanhas massivas de apoio ao povo palestino e às campanhas de Boicote, Desinvestimentos
16. e Sanções contra Israel.
17. 2. Apoiar a resistência operária ucraniana na luta contra a invasão russa.
18. 3. Apoiar as lutas dos trabalhadores e dos povos contra as políticas neoliberais e da extrema direita no
19. Brasil e no Mundo.
20. 4. Exigir o fim do Arcabouço Fiscal do governo Lula.
21. 5. Exigir do governo Lula a campanha para Revogação de todas as Reformas da Previdência, Trabalhista
22. e Lei Geral de Terceirizações.
23. 6. Apoiar ativamente a Campanha pelo Fim da Jornada 6x1.
24. 7. Realizar uma campanha de Conscientização Popular e Exigência do atendimento pelo GDF das
25. reivindicações do Magistério.
26. 8. Realizar uma campanha de massas pela Defesa da Educação Pública, pelo Pleno funcionamento
27. da Gestão Democrática, Combate à militarização de Escolas, ao sufocamento financeiro e contra os
28. assédios morais, sexuais, agressões físicas e pedagógicas que sofremos nas escolas.

29.

30.

31. **Tema: Nova Organização Sindical, Transformações no Mundo do Trabalho, Luta de Classes e Qualidade de Vida**

32. Para parar de perder filiados, continuar sendo uma entidade relevante no cenário sindical do DF e do Brasil e
33. para se desburocratizar o Sinpro deve resgatar suas origens e realizar as seguintes medidas:

34.

35. 1. Mudar a nomenclatura de delegados sindicais e Representantes de Turno para Representantes de
36. Base da categoria.
37. 2. Reunião Geral dos Representantes de Base com Poderes deliberativos acima da diretoria.
38. 3. Regionalização das pautas: Assembleias regionais deliberativas sobre questões regionais e geradoras
39. de pauta para as assembleias gerais.
40. 4. Ampliação de Subsedes Regionais como polos de mobilização da base e abertas, efetivamente, à

1. participação da categoria.
2. 5. Construção de Coordenações Regionais formadas por representantes de base para organizar as lutas
3. e campanhas da categoria em cada regional.
4. 6. Fundo orçamentário para as representações regionais sindicais, com o objetivo de garantir a
5. autonomia financeira das instâncias de base com verba proporcional ao quantitativo de sindicalizados
6. em cada base.
7. 7. Comando de Greve e Comissão de Negociação com maioria de representantes da base.
8. 8. Mudança da estratégia de luta sindical: validação e encaminhamento das demandas regionais.
9. 9. Criar GTDM's (Grupos de Trabalho, Debate e Mobilizações) para reorganizar a categoria.
10. 10. Realizar encontros da base por tipo de escola, (EC, CEI, CEF, CEM; CED, CEP, CIL, CEE, PROEM e Sistema
11. Sócio-Educativo, ENE), por áreas e disciplinas.
12. 11. Comissão sindical para orientar os CT's e fiscalizar nas regionais se os direitos estão sendo respeitados
13. e combater situações de constrangimento, assédio moral, sexual e pedagógico.
14. 12. Realizar forte campanha de filiação à nossa entidade, esclarecendo todos os benefícios e direitos que
15. os filiados à nossa categoria possuem.

16.
17.

18. **Alteração estatutária para o 13º CTE - maio de 2025**

19. O Sinpro-DF perde filiados e número de participantes nas assembleias. Os grupos políticos que formam
20. a atual diretoria e a controlam há mais de 20 anos sem renovar práticas políticas, age de formas cada vez
21. mais antidemocráticas silenciando ou manipulando a categoria. A diretoria escolhe quem fala na assembleia
22. e a ordem de inscritos. Um professor com proposta contrária à da diretoria terá muitas dificuldades para
23. falar nas assembleias. As falas discordantes não aparecem nas redes do Sinpro. Precisamos revolucionar a
24. representatividade democrática no Sinpro. Defendemos altera o estatuto, nos artigos:

25.

26. **Alteração**

27. Art. 30 – A periodicidade dos Congressos deverá ser de, no mínimo, 01(um) para cada mandato da Diretoria.
28. Passa vigorar com a seguinte redação:

29. Art. 30 – A periodicidade dos Congressos deverá ser de, no mínimo, 01(um) para cada mandato da Diretoria,
30. **a ser realizado no meio do semestre letivo.**

31. Art. 49 [...]

32. **Inserir:**

33. Parágrafo único: Cada Delegacia Sindical irá receber recursos proporcionais ao número de filiados para
34. realizar ações de mobilização.

35. SEÇÃO V Do Conselho Geral de Delegados Sindicais

36. **Inserir:**

37. Art. 55 [..]

38. ~~§ 4º - O CGDS se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, em qualquer~~
39. ~~tempo, desde que convocado pela Diretoria ou 1/3 dos DSBs.~~

40. Passa vigorar com a seguinte redação:

1. § 4º O Conselho Geral de Delegados Sindicais se reunirá, ordinariamente a cada 45 dias, em qualquer tempo,
2. desde que convocado pela diretoria ou 1/5 dos DSBs, com poderes deliberativos.
- 3.
- 4.
5. **SEÇÃO I**
6. **Eleições**
7. Art. 76 [...]
8. Alteração
9. Parágrafo único – A cada eleição, pelo menos 1/3 da diretoria deverá ser renovado.
10. **Passa vigorar**
11. **Parágrafo único:** Cada membro da diretoria terá limitação de no máximo 2 mandatos consecutivos.
12. **Inserir**
13. **Art. 79 – Proporcionalidade.** A composição da Diretoria do Sinpro será proporcional ao número de votos que
14. **cada chapa obtiver no pleito.**
15. Das Disposições Finais e Transitórias
16. **Inserção**
17. Art. 127 – O Comando de greve e as comissões negociação serão compostos por 70% de membros da base.
18. Parágrafo único: Negociações sobre temas específicos, os setores da base da categoria afetados devem ser
19. convidados a participarem dessas negociações.
20. Art. 132 – A Assembleia orçamentária que será realizada no ano das eleições, estabelecerá um valor de
21. recursos a serem divididos, de forma igual, entre as chapas homologadas ao pleito.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.

1. TESE DO MOVIMENTO LUTA DE CLASSES PARA O 13º CONGRESSO DE TRABALHADORES 2. EM EDUCAÇÃO (CTE) “PALESTINA LIVRE”

3.

4. Conjunturas internacional

5. O imperialismo estadunidense deu os primeiros tiros em uma nova guerra comercial, que causará graves
6. consequências negativas para o crescimento da economia mundial. Há um consenso de opiniões de que a política
7. tarifária aplicada por Donald Trump provocará um processo recessivo; organismos internacionais, como o Banco Mundial
8. e o Fundo Monetário Internacional, realizaram atualizações para baixo em suas previsões de crescimento da economia
9. global neste ano de 2025. O mundo se scandalizou — e com razão — com a queda das bolsas de valores nos EUA,
10. Europa, Ásia e América Latina nos dias seguintes a 2 de abril, data em que Trump anunciou as novas tarifas; grandes
11. monopólios internacionais “perderam” milhões de dólares devido à queda de suas ações, valores que foram recuperados
12. posteriormente. Porém, o mais grave é que, em tempos de recessão e crise econômica, são os trabalhadores os mais
13. afetados pelo fechamento de empresas, pela eliminação de empregos, pelo aumento da inflação e pela deterioração
14. do poder de compra dos salários, pelo corte e reorientação dos orçamentos estatais. Buscam-se mecanismos para
15. intensificar a exploração dos trabalhadores e maximizar os lucros da burguesia, que também recebe incentivos e tem
16. seus impostos reduzidos. Em suma, é o povo que carrega os impactos da crise. Essa é a lógica do capitalismo.

17.

18. As tensões crescem no cenário internacional, e o risco de que a guerra comercial desemboque em confrontos
19. de outra natureza, incluindo no âmbito militar, está presente. O interesse de Trump em encerrar o capítulo da
20. guerra na Ucrânia não é motivado por nenhum interesse em promover a paz. A inclinação militarista de Trump
21. e da elite governante da Casa Branca é evidente nas ameaças de enviar tropas ao Canal do Panamá para obter
22. seu controle, no anúncio da tomada da Groenlândia, no apoio econômico e militar ao regime sionista israelense,
23. que assassina o povo palestino e nos bombardeios lançados no lêmen, para citar alguns casos.

24.

25. As políticas protecionistas, de restrição monetária e de ‘austeridade’ aplicadas pelos Estados capitalistas
26. estão acumulando os elementos de uma futura crise econômica, causando aumento do desemprego e
27. diminuição dos investimentos, com taxas de inflação, especialmente nos preços de energia e alimentos.

28.

29. O comércio de matérias-primas, especialmente alimentos, prejudica os países dependentes e seus povos,
30. e o fardo da dívida recai sobre os trabalhadores. O abismo entre renda e riqueza está aumentando; os
31. monopólios aumentam enormemente seus lucros, enquanto os salários e rendimentos reais dos estratos
32. mais pobres e desfavorecidos da sociedade diminuem.

33.

34. Todos esses são sintomas de uma crise cada vez mais profunda, que levou os imperialistas até mesmo a
35. realizar a guerra na Ucrânia [e o genocídio na Palestina]

36.

37. “A classe operária e os povos não podem confiar em uma potência imperialista em sua luta contra outra;
38. eles devem intensificar a luta contra todo imperialismo. A tese do chamado multipolarismo, que afirma que
39. existem países imperialistas beligerantes e países imperialistas progressistas, nos quais os povos podem
40. confiar para a libertação nacional é falsa.

1. **A luta pelo cessar-fogo**

2. O genocídio foi suspenso, mas o colonialismo de Israel não terá um fim enquanto perdurarem suas
3. causas: o sistema imperialista-capitalista, que tem naquela região um grande interesse econômico, militar
4. e geopolítico. Como resultado da solidariedade internacional da classe trabalhadora e da resistência
5. inquebrantável do povo palestino, o imperialismo estadunidense foi forçado a fazer Israel sentar para
6. negociar um cessar-fogo.

7.

8. No Brasil, a luta em defesa da Palestina também garantiu avanços importantes, que fizeram recuar a
9. máquina de propaganda sionista. Universidades públicas romperam relações com Israel, como a Unicamp e
10. as Universidades Federais Fluminense e do Ceará.

11.

12. Nas ruas, favelas, praças e redes digitais, a ampla campanha de denúncias dos crimes de Israel demonstrou
13. que a maioria do povo brasileiro é contra a política de morte, mesmo com a cobertura tendenciosa em favor
14. do regime sionista por parte da mídia burguesa e de muitas igrejas.

15.

16.

17. **Fora Israel de Gaza!**

18. Apesar dessas vitórias, não podemos confiar no imperialismo em nada, especialmente quando o assunto
19. é a “paz mundial”. A trégua prevê a troca de todos os prisioneiros de guerra israelenses por quase dois mil
20. presos políticos palestinos, entre eles Omar Bsais, preso há mais de 24 anos nas masmorras israelenses. A
21. emoção das famílias palestinas é indescritível. No entanto, Israel mantém em campos de tortura mais de 11
22. mil palestinos, dentre eles, centenas de mulheres e crianças.

23.

24.

25. **Conjuntura Nacional**

26. Foram necessários longos dois anos e oito meses, desde o dia 08 de janeiro de 2023, para que fossem
27. finalmente julgados os principais responsáveis pela conspiração que pretendia dar um golpe de Estado
28. no Brasil. No último dia 11 de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou os criminosos que
29. planejavam anular o resultado das Eleições de 2022 e impor uma nova ditadura militar fascista no país.

30. Essa é a primeira vez, no Brasil, que golpistas – entre eles membros da cúpula das Forças Armadas – são
31. sentenciados por atentarem contra as liberdades democráticas. Não é, portanto, qualquer coisa, especialmente
32. num país cuja história é repleta de golpes ou tentativas de golpe, sem que nunca seus organizadores tenham
33. sentado no banco dos réus.

34. Além disso, é uma merecida justiça aos milhares de mortos pela violência policial; às centenas de indígenas
35. vítimas da fome e do abandono; aos mais de 33 milhões de famintos; às mulheres vítimas de feminicídio; aos
36. negros, humilhados pelo racismo; às pessoas LGBTQIA+, vítimas do preconceito e do ódio; e aos milhões de
37. trabalhadores que perderam seus direitos e ficaram desempregados. Os crimes de Bolsonaro e seus ministros
38. durante a pandemia não entraram nesse julgamento, mas, certamente, não serão esquecidos.

39.

40.

1. **Vitória da classe trabalhadora contra a pec da impunidade**

2. Depois da mobilização de milhões de brasileiros em todo o país, o CCJ do Senado votou de forma unanime
3. contra a PEC da impunidade que deixaria os parlamentares livres para cometer crimes sem ser julgados por eles.

4. Isso mostra a força que a pressão popular tem na política do nosso país e a urgência de convocarmos o
5. povo para ir às ruas contra o fascismo e pelas pautas da classe trabalhadora.

6.
7. É hora de organizar o povo e lutar por uma nova sociedade, diferente dessa em que poucos são privilegiados
8. e muitos não tem nada! Vamos juntos construir a sociedade em que o povo realmente é soberano, sem
9. exploração e com uma vida digna para todos: a sociedade socialista!

10.
11. Mesmo o parlamento sendo controlado por políticos de direita do chamado “Centrão” e com um bloco
12. fascista grande, foi obrigado a rejeitar a proposta. Mais uma vez, fica provado que o povo organizado e em
13. luta pode conquistar as pautas mais importantes para os trabalhadores.

14.
15. Agora, a luta continua para enterrar também o PL da Anistia aos golpistas e também para garantir que as
16. propostas que interessam de verdade à classe trabalhadora sejam aprovadas. É o caso do fim da escala 6x1 sem
17. redução de salário, o aumento geral do salário mínimo e nacionalização dos recursos estratégicos, como as terras
18. raras, que o Centrão e os fascistas querem entregar ao imperialismo estadunidense a preço de banana.

19.
20.
21. **O agronegócio e as grandes empresas são responsáveis pela piora na alimentação do povo.**

22. Ao escolher variedades de vegetais que duram mais nas prateleiras e têm melhor aparência comercial,
23. em vez de priorizar os nutrientes, as grandes corporações alimentares estão transformando o que comemos
24. em produtos cada vez mais vazios. O solo, explorado sem descanso, já não consegue fornecer os mesmos
25. minerais às plantas. E isso significa que, mesmo comendo as mesmas quantidades (o que também não ocorre
26. visto o aumento no preço dos alimentos), estamos nos nutrindo menos.

27.
28. Esse empobrecimento alimentar tem consequências graves para a saúde do povo. A falta de nutrientes
29. contribui para o avanço de doenças, como obesidade, diabetes, hipertensão, problemas de imunidade e até
30. distúrbios cognitivos. A grande contradição é que, em pleno século 21, com supermercados abarrotados de
31. produtos, vivemos uma nova forma de fome: a fome de nutrientes.

32.
33. E quem mais sofre com isso são as populações de baixa renda. Os alimentos verdadeiramente nutritivos,
34. muitas vezes cultivados de forma sustentável e sem agrotóxicos, são caros e inacessíveis. Já os produtos
35. ultraprocessados – baratos, calóricos e pobres em valor nutricional – dominam as prateleiras e as dietas da
36. maioria da população.

37. A verdade é que esse não é um problema individual, de escolhas alimentares erradas. É um problema
38. estrutural, gerado por um sistema de produção controlado por um punhado de grandes empresas que
39. tratam alimentos como mercadorias, e não como parte essencial da saúde humana e do equilíbrio ambiental.
40.

1. O aumento de pessoas em situação de rua tem nome e causa: o desemprego, a alta nos preços e a falta
2. de moradia acessível. O modelo econômico, que prioriza o lucro acima da vida, deixa milhões de pessoas sem
3. acesso a direitos básicos, como casa, comida e trabalho. O que sobra é exclusão.

4.

5. O Brasil enfrenta uma crise econômica que aprofunda a desigualdade social, e o povo pobre, que constrói
6. as riquezas deste país, é quem mais sofre com a alta dos preços dos alimentos. O café, símbolo da mesa do
7. trabalhador, tornou-se um luxo. O arroz, o feijão e o óleo de cozinha são itens cada vez mais distantes do
8. prato das famílias que vivem nas periferias.

9.

10. A falta de medidas efetivas do Governo Federal para combater a fome tem deixado milhões de brasileiros
11. à mercê da inflação e da ganância dos grandes monopólios alimentícios.

12.

13. A solução para a crise alimentar não virá de políticas paliativas ou de acordos com os setores que
14. lucram com a fome. A única saída é a organização popular e a construção de um projeto que rompa com o
15. capitalismo, sistema que transforma alimentos em mercadorias e vidas em números.

16.

17.

18. **Conjuntura do Distrito Federal**

19. Para o governo de Ibaneis Rocha (MDB), que está no poder no Distrito Federal desde 2019, e para a classe
20. que ele serve e protege, moradia é uma mercadoria.

21.

22. Nossa capital é profundamente desigual. Ocupa, historicamente, as piores posições nacionais, o DF tem
23. atualmente a terceira maior disparidade de renda dos estados brasileiros, conforme a PNAD Contínua de
24. 2023, do IBGE. O Lago Sul, frequentemente apontado como o bairro mais rico do Brasil, apresentou uma
25. renda domiciliar média superior a R\$ 31 mil, cerca de 15 vezes maior do que na Estrutural e no Sol Nascente,
26. dados da PDAD de 2021, do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPE-DF).

27.

28. No mesmo ano, mais de 10% das residências estimadas do Distrito Federal estavam em déficit habitacional.
29. Isso significa que mais de 100 mil moradias do quadrilátero eram improvisadas, apresentavam condições precárias,
30. estavam superlotadas ou tinham aluguéis sufocantes, superiores a 30% da renda de seus moradores. Dos residentes
31. que vivem nessas condições, quase metade apresenta algum grau de insegurança alimentar.

32. O DF também é a unidade da federação com a maior proporção de pessoas sem casa própria. Mais de 53% das
33. famílias da capital dependem de aluguéis, conforme a PNAD Contínua de 2022. A PNAD 2021 já indicava, três anos
34. atrás, que quase 80% da população do DF ganhava até 5 salários mínimos (R\$ 5.500, à época), sendo que a faixa de
35. até dois salários mínimos (R\$ 2.200, à época) representava mais da metade da população do quadrilátero.

36. Para a maioria dos brasilienses, alugar um imóvel de cem metros quadrados seria impossível em boa
37. parte da cidade, especialmente nas regiões centrais. O valor médio do metro quadrado no Distrito Federal
38. atingiu o recorde de R\$ 44,59, sendo que alguns bairros da capital constam na lista dos mais caros do país,
39. segundo dados da plataforma Wimóveis para janeiro de 2024.

40. Talvez a face mais cruel do capitalismo seja vivida pelas suas quase oito mil pessoas em situação de rua.

1. Privadas de condições básicas e excluídas de uma socialização digna, elas representam, no Distrito Federal, a
2. maior porcentagem de todas as unidades da federação, como evidenciam dados do relatório de 2023 sobre
3. População em Situação de Rua, do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania. Cerca de três em cada mil
4. pessoas vivem à sombra dos monumentos modernistas de Brasília, à margem de um projeto de futuro que
5. não as contemplou.

6.
7. O desamparo das milhares de famílias em situação de rua é uma potente ameaça que paira sobre toda
8. a classe trabalhadora, um lembrete constante de que o desemprego é sempre uma possibilidade. A essas
9. condições extremas, junta-se a brutalidade típica da Polícia Militar, a única presença do Estado que muitas
10. pessoas sem-teto conhecem. As ordens de desocupação de Ibaneis foram diretamente responsáveis pelo
11. despejo truculento de ao menos sete comunidades.

12.
13. Esse tratamento, historicamente racista e militarizado, contrasta com a mansidão do governo diante das
14. ilegalidades de grileiros e condomínios particulares, que frequentemente usam terras públicas para construir
15. e vender propriedades. Existem pelo menos 500 condomínios irregulares ocupados por população de baixa,
16. média e alta renda na capital, segundo o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do DF.

17.
18. O Distrito Federal se tornou alvo das privatizações, prova disso foi a recente concessão pelos próximos 30
19. anos da rodoviária do Plano Piloto além do espaço do estacionamento. Importante lembrar que este processo
20. foi apresentado e contou com pouca participação popular, especialmente sob o aspecto das centenas de
21. trabalhadores ambulantes que trabalham na rodoviária. Não raro, são vistas cenas lamentáveis de agentes
22. dos DF Legal apreendendo mercadorias dos ambulantes de forma agressiva

23.
24. Mais. A atual gestão do governador Ibaneis Rocha (MDB) vem implementando um projeto de precarização
25. e desmonte do Metrô de Brasília, com o objetivo de entregá-lo aos capitalistas. Esse projeto consiste em
26. reduzir drasticamente os investimentos, não fazer concurso público, sucatear as estruturas, não renovar a
27. frota de trens e os equipamentos. Tudo isso acarretando numa baixa qualidade do serviço prestado, que,
28. constantemente, é paralisado por defeitos, vagões superlotados e insatisfação da população.

29.
30. Segundo um estudo da Consultoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal, identificou-se um baixo
31. índice de execução orçamentária. Desde 2020, o nível de execução não ultrapassou 11% do que foi aprovado
32. na Lei Orçamentária Anual (LOA). Em 2023, foram efetivamente utilizados R\$ 640 mil, o que corresponde a
33. impressionantes 0,37%.

34.
35. Com esse baixíssimo investimento, o resultado é que o Distrito Federal tem apenas 14 trens funcionando
36. (com outros 18 totalmente deteriorados ou em manutenção) para atender quase três milhões de habitantes.

37.

38.

39. **Ibaneis Rocha e o fascismo**

40.

1. Pouco antes de tomar posse, Ibaneis Rocha comprou a casa mais cara já vendida no DF, no Lago Sul.
2. Avaliada em R\$ 23 milhões, a enorme mansão, e seu terreno de 10 mil metros quadrados, representam um luxo
3. inalcançável pela maior parte da população do Brasil e do mundo, mesmo depois de vidas inteiras de trabalho.
4. Proprietário de escritório de advocacia e de um patrimônio próximo a R\$ 80 milhões, o governador está entre os
5. 0,1% mais ricos do mundo, conforme as faixas de renda e riqueza do World Inequality Report 2022.

6.

7. Ainda que não chegue perto das grandes fortunas do país, Ibaneis Rocha é agente político da burguesia,
8. e se colocou a serviço de seus elementos mais reacionários. Relativamente desconhecido até as eleições
9. de 2018, ganhou apoio considerável ao se alinhar com o fascista Jair Bolsonaro. Desde então, ele governou
10. para o capital, com o desprezo pelos trabalhadores tão característico do ex-presidente. No dia 8 de janeiro,
11. enquanto golpistas se amontoavam na Praça dos Três Poderes, a polícia manteve a distância e permitiu a
12. destruição do patrimônio público. Apesar de se esquivar da devida punição, a sua omissão criminoso o situou
13. publicamente como cúmplice de Bolsonaro na tentativa de golpe fracassada.

14.

15.

16. ***Transformações no mundo do trabalho, luta de classes e qualidade de vida;***

17. Os altos investimentos em tecnologia, além de reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir as
18. mercadorias, geram demissão, diminuição no número de empregos e redução de salários. Um exemplo é
19. o que foi apresentado pelo relatório do FMI, de 2024, no qual afirma que os bilhões de investimentos em
20. Inteligência Artificial (IA) afetarão substancialmente 40% dos empregos em todo mundo.

21.

22. O investimento mundial em IA, de 2023 para 2024, cresceu 62%, chegando a US\$ 110 bilhões no último
23. ano. Este é um forte setor de investimentos do capital financeiro em cadeia, que vai desde a produção de
24. microchips em larga escala, passando por fazendas de grande porte para armazenamento de dados, até
25. chegar ao processamento dos dados por meio da IA. As chamadas big techs são parte desse monopólio das
26. informações e tecnologia nas mãos da burguesia em nível internacional.

27.

28. Segundo o Relatório Emprego Mundial e Perspectivas Sociais da OIT-ONU, 435 milhões de trabalhadores
29. estiveram desempregados em 2024, o que representa 5% da população mundial. Isto é, como disse Karl
30. Marx, um verdadeiro exército de trabalhadores desempregados.

31.

32. Somando-se à enorme fila dos desempregados, tivemos a redução dos salários, de maneira mais exacerbada
33. nos países explorados pelo imperialismo. No Brasil, por exemplo, tivemos uma queda geral nos salários de 7%.
34. Em nível mundial, o número de trabalhadores no mercado informal ultrapassou a marca de 2 bilhões, e mais de
35. 241 milhões de trabalhadores vivem em famílias com renda per capita inferior a 2,15 dólares por dia (R\$ 12,56).

36. A tática dos capitalistas é clara. Jogam milhões de pessoas nas filas em busca de emprego, passando fome
37. e morrendo à míngua para pressionarem aqueles que estão empregados, ameaçando-os de demissão caso
38. reivindicarem melhores condições e pagando salários miseráveis. E pior: mesmo passando fome e estando
39. subnutridos, os trabalhadores têm que cumprir jornadas exaustivas, como a escala 6x1.

40. Além disso, esse limite de jornada é muitas vezes “flexibilizado” pela reforma trabalhista. Este é o

1. caso de uma grande quantidade de trabalhadores informais (os “uberizados”, pjetizados, etc.), falsamente
2. caracterizados como colaboradores/empreendedores e trabalham cumprindo até 12 horas por dia.
- 3.

4. Pesquisa da ONG Ação Cidadania revela que 56% dos entregadores, em São Paulo e no Rio de Janeiro,
5. trabalham mais que 9 horas por dia. Com dados referentes a agosto de 2024, a pesquisa diz ainda que 13,5%
6. vivem em condições de restrição alimentar grave e 41% já sofreram acidentes no trabalho.
- 7.

8. Mais ainda, segundo o Colab/PUC-Minas, o regime de escala 6x1 está associado ao crescimento da
9. síndrome burnout no Brasil, que é uma doença de esgotamento profissional silencioso. Os sintomas da crise
10. são o cansaço extremo, sensação de ineficácia, dificuldade de concentração e irritabilidade constante, que
11. geralmente evoluem para ansiedade e depressão. As causas do desenvolvimento da síndrome são a pressão
12. por produtividade, ausência de pausas adequadas e as jornadas de trabalho exaustivas.
- 13.

14. Mas não é fácil para as mulheres encontrarem emprego no país, como mostram os dados do IBGE. A
15. desvalorização da mão de obra feminina é uma realidade incontestável, já que as mulheres recebem cerca
16. de 80% do valor dos salários dos homens. Se a mulher for negra, seu salário é ainda menor.
- 17.

18. Muitas jovens que procuram emprego acabam sendo engolidas pelo setor de serviços, no comércio e no
19. telemarketing, onde a escala 6x1 é dominante e a superexploração é mais constante.
- 20.

21. Essa escala reflete a essência do próprio sistema econômico capitalista que, na verdade, é uma máquina de moer
22. gente. Gente que precisa ganhar dinheiro para sobreviver e entra no chamado “mercado de trabalho”, em que mulheres
23. e homens buscam sua sobrevivência tendo sua força de trabalho como mercadoria. O que importa para esse sistema é
24. o lucro dos patrões, que, a cada dia, procuram novas formas para extrair o lucro máximo da classe trabalhadora.
- 25.

26. As mulheres entraram no mercado de trabalho, que antes era masculino, numa fase em que faltavam
27. homens para produzir devido às guerras na Europa. Naquele período, o mundo estava mudando a forma de
28. produzir da pequena escala para a produção em série, uma necessidade do desenvolvimento da humanidade.
29. Dessa forma, elas foram puxadas pela demanda da produção, com promessas dos capitalistas de que a
30. indústria lhes traria liberdade e independência, mas foram engolidas, desvalorizadas com salários menores
31. que seus colegas homens, como uma força de trabalho menosprezada.
- 32.

33. De lá para cá, muita coisa mudou, mas não o fato de que para alguém ficar rico nesta sociedade é preciso
34. explorar a força do trabalho de mulheres e homens em jornadas extenuantes. Essa dura realidade atinge
35. principalmente as mulheres, como no caso da escala 6x1, afinal, além de trabalhar seis dias na semana e ter
36. apenas um dia de descanso, ainda acumulam o trabalho doméstico, sendo responsáveis por cuidar dos filhos,
37. lavar roupa, fazer comida e arrumar a casa.
- 38.

39. Não à Reforma Administrativa

40. **O serviço público corre perigo!** E, conseqüentemente, o acesso da população à saúde, educação,

1. aposentadoria etc. Grupos empresariais e deputados do Centrão e extrema direita planejam uma “**Reforma**
2. **Administrativa**” que na verdade pretende deformar o acesso aos direitos constitucionais da população e das
3. trabalhadoras e trabalhadores do serviço público.
- 4.
5. Um Grupo de Trabalho do Congresso Nacional, com apoio do Governo Federal, pretende fazer uma proposta
6. que objetiva:
 7. • *Vender a gestão de hospitais, escolas, universidades públicas para empresas privadas que visam o lucro*
 8. • *Contratar servidores públicos por indicação de políticos com interesses privados*
 9. • *Atacar direitos adquiridos de servidores públicos, como a estabilidade, que é fundamental para*
 10. *independência frente a governantes inescrupulosos.*
 11. • *Reduzir salários da maior parte dos servidores, com redução das horas de trabalho.*
 12. • *Manter os privilégios de generais, juízes de altas cortes e em maior proporção o privilégio dos banqueiros*
 13. *no orçamento público.*
 - 14.
 - 15.
16. **Organização sindical**
17. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o índice de sindicalização no Brasil
18. (referente ao ano de 2023) é de apenas 8,4%. São 100,7 milhões de trabalhadores ocupados, mas apenas 8,4
19. milhões são filiados a seus sindicatos.
- 20.
21. A série histórica de dados sobre sindicalização tem início em 2012, quando tínhamos 89,7 milhões de trabalhadores
22. ocupados e havia 14,4 milhões deles associados a seus respectivos sindicatos, ou seja, cerca de 16%.
- 23.
24. De lá para cá, houve uma queda vertiginosa das filiações aos sindicatos. O que levou a essa queda? O que
25. deixou de ser feito por parte dos sindicatos?
- 26.
27. Ao longo do tempo, diversas centrais sindicais adotaram como política geral os acordos de gabinete
28. com os patrões e os governos, em detrimento da construção da consciência de classe, com trabalho diário e
29. sistemático de panfletagens, visita aos locais de trabalho e patrulhas sindicais.
- 30.
31. A partir de meados da década de 1990, isso se aprofunda e parte dos sindicatos ligados à Central Única
32. dos Trabalhadores (CUT) adota o lema de “Sindicato Cidadão”, pretendendo, desta forma, executar parte dos
33. serviços que deveriam ser prestados pelo Estado.
34. Quando observamos as campanhas salariais, fica evidente que a maioria dos sindicatos abandonou a luta
35. política e a disputa da luta econômica, sem direcionar claramente os trabalhadores a lutarem por melhores
36. condições de trabalho.
- 37.
- 38.
- 39.
40. Esses são fatores que determinam a linha de atuação sindical, o distanciamento dos dirigentes em relação
- aos trabalhadores e, conseqüentemente, a diminuição das filiações.

1.
2. Após o golpe de 2016 e o avanço das forças reacionárias, que resultaram na eleição do fascista Jair
3. Bolsonaro, em 2018, consolidou-se o ataque aos direitos da classe trabalhadora como não se via em período
4. recente da História do nosso país. É importante ressaltar que, em abril de 2017, os trabalhadores brasileiros
5. realizaram sua maior e mais poderosa greve geral, que retardaram a famigerada Reforma da Previdência.
6.

7. Mas a Reforma Trabalhista foi aprovada naquela ocasião e, com ela, sem este recurso compulsório, veio o
8. fim do “Imposto Sindical”. Selou-se, por completo, o distanciamento entre as direções das entidades sindicais
9. e as bases das categorias, uma profunda dependência do aparato estatal. O baixo índice de sindicalização,
10. que, muitas vezes, servia para que as direções burocratas, encasteladas nas estruturas, mantivessem o
11. controle dos sindicatos, agora levava praticamente à falência centenas de entidades.
12.

13. Os trabalhadores estão, sim, dispostos a lutar, ao contrário do que afirmam setores dos movimentos
14. sociais que abandonaram suas bases e culpam a classe pela falta de mobilização.
15.

16. O primeiro passo para a retomada de um sindicalismo consequente é intervir no movimento sindical e
17. desenvolver o trabalho cotidiano nas portas de fábricas, empresas e repartições públicas, com panfletos e
18. ações da militância. Apresentar que não faltam razões para lutar por uma vida digna e justa, fruto do seu
19. trabalho. Convencer os trabalhadores a se filiarem a seus sindicatos; desenvolver uma profunda agitação
20. contra o fascismo, ressaltando o papel da classe trabalhadora e seus sindicatos para derrotar a burguesia.
21.

22. Recentemente, a luta contra a escala de trabalho 6x1 (seis dias de expediente por um de folga) e pela redução da
23. jornada semanal ganhou as ruas. Mais uma prova de que a classe trabalhadora brasileira conhece bem sua realidade
24. e pode desenvolver suas lutas. Falta-lhe mais união e organização, e este é o principal papel do Movimento sindical
25.

26. Manter no alto a bandeira do sindicalismo classista e revolucionário, esclarecer e conquistar a confiança
27. dos trabalhadores para lutarem pelo socialismo, essa é nossa tarefa!
28.

29. **Reforma estatutária**

30. O mundo do trabalho enfrenta transformações ao longo dos últimos períodos, nossa entidade, também
31. deve se adequar a estas mudanças entendendo as particularidades da nossa categoria, em especial o atual
32. quadro de trabalhadores em regime temporário que hoje correspondem a aproximadamente 70 % da
33. categoria ativa., diante disso propomos as seguintes alterações estatutárias:

34. a. Que a condição de eleitor no processo eleitoral seja alterado de 6 meses para 3 meses
35. a. Que a eleição para novos diretores represente a proporcionalidade de votos que a chapa recebeu e, esta
36. chapa indique seus representantes
37. b. Que os diretores do sindicato não possam se reeleger para mais de 2 mandatos consecutivos onde, após
38. este período, seja necessário um período de no mínimo uma gestão para, novamente, concorrer a um cargo.

39. **TESE SOBRE GENOCÍDIO PALESTINO DE 1948 AO CONFLITO ATUAL ENVOLVENDO**
40. **PALESTINOS E ISRAEL**

1. **Professor: Antônio Ahmad Yusuf Dames**

2.

3. O genocídio palestino na Faixa de Gaza é um capítulo trágico e sombrio na história contemporânea, marcado
4. pela violência implacável e sofrimento humano. Desde o início do conflito em outubro de 2023, mais de 67 mil
5. palestinos foram assassinados, incluindo mulheres, crianças e idosos, com milhares ainda sob os escombros. A
6. destruição é imensa, com 80% das casas e 50% dos edifícios em Gaza danificados ou destruídos.

7.

8. Esse conflito tem raízes profundas na Nakba de 1948, quando centenas de milhares de palestinos foram
9. deslocados de suas terras para a criação do Estado de Israel. A não criação de um Estado palestino e a
10. ocupação contínua da Cisjordânia e da Faixa de Gaza têm alimentado décadas de tensão e violência.

11.

12. A situação atual é catastrófica. Mais de 1,9 milhão de palestinos foram deslocados internamente, com
13. muitos enfrentando fome e falta de acesso a serviços básicos. A comunidade internacional está cada vez
14. mais preocupada, com a África do Sul levando o caso à Corte Internacional de Justiça, alegando genocídio.

15.

16. As perspectivas para o futuro são sombrias. A menos que haja uma mudança significativa na abordagem
17. do conflito, o povo palestino continuará a sofrer. É crucial que a comunidade internacional se una para
18. exigir um cessar-fogo imediato e uma solução justa e duradoura que garanta os direitos do povo palestino
19. à autodeterminação e à dignidade.

20.

21. Principais pontos do conflito:

22. - Deslocamento: Mais de 1,9 milhão de palestinos deslocados internamente

23. - Mortes: Mais de 67 mil palestinos assassinados

24. - Destruição: 80% das casas e 50% dos edifícios em Gaza danificados ou destruídos

25. - Fome: Situação catastrófica de insegurança alimentar aguda

26. - Resposta internacional: África do Sul leva o caso à Corte Internacional de Justiça, alegando genocídio

27.

28. A solução para esse conflito exige uma ação imediata e concertada da comunidade internacional para
29. proteger o povo palestino e garantir seus direitos fundamentais.

30.

31.

32. **O Processo de uberização e terceirização da classe trabalhadora**

33. A uberização e a terceirização são fenômenos que têm transformado profundamente as relações de
34. trabalho no Brasil e no mundo. Essas práticas, embora distintas, compartilham um objetivo comum: reduzir
35. os limites à exploração do trabalho, acentuando a mercadorização da força laboral.

36. **Uberização: A Nova Fronteira da Precariedade**

37. A uberização é um fenômeno relativamente recente, caracterizado pelo uso de plataformas digitais

38.

39.

40.

1. para gerir o trabalho de forma arbitrária, instável e imprevisível. Nesse modelo, os trabalhadores são
2. frequentemente tratados como autônomos, sem acesso a direitos trabalhistas básicos.

3.

4.

5. **Terceirização: A Velha Prática com Novo Rosto**

6. A terceirização, por outro lado, é uma prática mais antiga, que envolve a contratação de empresas terceiras
7. para realizar atividades específicas. Embora possa parecer uma forma de especialização, a terceirização muitas
8. vezes é usada para precarizar as condições de trabalho e reduzir custos.

9.

10.

11. **Aprofundamento da Retirada de Direitos**

12. Tanto a uberização quanto a terceirização têm contribuído para o aprofundamento da retirada de direitos
13. formais da classe trabalhadora. Isso se manifesta de várias maneiras, incluindo:

14. - Perda de direitos trabalhistas: Os trabalhadores são frequentemente privados de direitos básicos,
15. como salário mínimo, jornada de trabalho regulamentada e proteção contra demissão arbitrária.
16. - Precarização das condições de trabalho: A falta de regulamentação e fiscalização permite que as empresas
17. imponham condições de trabalho precárias, colocando em risco a saúde e a segurança dos trabalhadores.
18. - Fragilização dos sindicatos: A descentralização das relações de trabalho e a perda de direitos
19. trabalhistas têm contribuído para a fragilização dos sindicatos e a redução de sua capacidade de
20. negociar melhores condições de trabalho.

21.

22.

23. **Proposta de Mudança**

24. Para mudar essa realidade, é necessário implementar políticas públicas que protejam os direitos dos
25. trabalhadores e promovam a justiça social. Algumas propostas incluem:

26. - Regulamentação da uberização: Estabelecer direitos e responsabilidades claras para as plataformas
27. digitais e os trabalhadores.
28. - Fim da terceirização: Proibir a terceirização em atividades-fim das empresas, garantindo que os
29. trabalhadores sejam empregados diretamente pelas empresas que geram lucro com seu trabalho.
30. - Fortalecimento dos sindicatos: Apoiar a organização e o fortalecimento dos sindicatos para que
31. possam negociar melhores condições de trabalho e defender os direitos dos trabalhadores.
32. - Educação e conscientização: Promover a educação e a conscientização sobre os direitos trabalhistas
33. e a importância da organização coletiva.

34.

35. É fundamental que os governos, os sindicatos e a sociedade civil trabalhem juntos para criar um futuro mais
36. justo e equitativo para todos os trabalhadores.

37.

38.

39.

40.

1. **A importância dos sindicatos e o movimento sindical nos dias atuais tanto no setor**
2. **privado como público**

3.

4. **A Importância dos Sindicatos na Garantia dos Direitos Formais e Garantias Sociais e Trabalhistas**

5. Os sindicatos desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos formais e garantias sociais
6. e trabalhistas dos trabalhadores. Através da negociação coletiva, mobilização e representação, os sindicatos
7. têm conquistado e protegido direitos essenciais, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o concurso
8. público, carreira e bons salários.

9.

10. **A CLT: Um Marco na Legislação Trabalhista**

11. A CLT é um dos principais instrumentos de proteção aos direitos dos trabalhadores brasileiros. Ela
12. estabelece regras claras sobre jornada de trabalho, salário mínimo, férias, descanso semanal, proteção ao
13. trabalho da mulher e do menor, entre outros direitos fundamentais. A CLT foi conquistada através de lutas
14. sindicais e continua sendo um importante instrumento de defesa dos trabalhadores.

15.

16. **Concurso Público: Um Caminho para a Carreira e Bons Salários**

17. O concurso público é um mecanismo fundamental para garantir a seleção de profissionais qualificados
18. e comprometidos com o serviço público. Ele oferece oportunidades iguais a todos os cidadãos,
19. independentemente de sua origem ou conexões políticas. Os sindicatos têm defendido a realização de
20. concursos públicos transparentes e meritocráticos, garantindo que os profissionais sejam selecionados com
21. base em suas habilidades e competências.

22.

23. **Carreira e Bons Salários: Um Direito dos Trabalhadores**

24. Os sindicatos também têm lutado por carreiras estruturadas e bons salários para os trabalhadores. Isso
25. inclui a defesa de planos de carreira que permitam o crescimento profissional e financeiro, bem como a
26. garantia de salários dignos que reflitam a importância do trabalho realizado.

27.

28. **A Importância da Negociação Coletiva**

29. A negociação coletiva é um instrumento fundamental para os sindicatos. Através dela, os trabalhadores
30. podem discutir e acordar condições de trabalho, salários e benefícios com os empregadores. A negociação
31. coletiva permite que os trabalhadores tenham uma voz ativa na definição de suas condições de trabalho e
32. garante que seus direitos sejam respeitados.

33.

34. **Desafios e Perspectivas**

35. Apesar dos avanços conquistados, os sindicatos continuam enfrentando desafios significativos.
36. A globalização, a terceirização e a precarização das relações de trabalho têm ameaçado os direitos
37. dos trabalhadores e a estabilidade no emprego. Além disso, a resistência de alguns setores patronais e
38. governamentais à negociação coletiva e ao reconhecimento dos direitos sindicais também é um desafio a
39. ser superado.

40.

1. **Conclusão**

2. Os sindicatos são fundamentais para a garantia dos direitos formais e garantias sociais e trabalhistas dos
3. trabalhadores. Através da negociação coletiva, mobilização e representação, os sindicatos têm conquistado e
4. protegido direitos essenciais, como a CLT, o concurso público, carreira e bons salários. É fundamental que os sindicatos
5. continuem a se fortalecer e a se adaptar aos desafios do mundo do trabalho, garantindo que os trabalhadores
6. tenham uma voz ativa na definição de suas condições de trabalho e que seus direitos sejam respeitados.

7.

8. **Propostas para Fortalecer os Sindicatos**

9. - Fortalecer a negociação coletiva e a representação sindical.

10. - Promover a conscientização sobre a importância dos sindicatos e dos direitos trabalhistas.

11. - Apoiar a organização e a mobilização dos trabalhadores.

12. - Defender a CLT e os direitos trabalhistas conquistados.

13. - Lutar pela realização de concursos públicos transparentes e meritocráticos.

14.

15. Os sindicatos são uma ferramenta poderosa para os trabalhadores. É fundamental que eles continuem a lutar
16. pelos direitos e interesses dos trabalhadores, garantindo um futuro mais justo e equitativo para todos.

17.

18. **PROFESSOR ANTONIO AHMAD YUSUF DAMES MATRÍCULA 22 777-3**

19.

20.

21.

22.

23.

24.

25.

26.

27.

28.

29.

30.

31.

32.

33.

34.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

1. **DEFESA DA SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO!**

2. **TESE DO GRUPO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO NOEG/EAPE/SEEDF**

3.

4. A saúde dos trabalhadores, conforme as Convenções da Organização Internacional do Trabalho
5. estabelecem que OIT nº 155/1981 delinea a responsabilidade dos empregadores em garantir que os locais
6. de trabalho, maquinários e processos sob seu controle sejam seguros e não apresentem riscos à saúde.

7.

8. Portanto, torna-se imprescindível que a organização sindical e nossos representantes compreenda que a
9. precarização do trabalho docente, as praticas neoconservadoras da gestao. as reformas neoliberais e a ausência
10. de atenção das representações sindicais contribuem para o fortalecimento de praticas que adoecem a classe
11. trabalhadora. Assim, reafirmamos que a tese não é apenas uma reflexão, mas uma convocatória à ação.

12.

13. A intensificação do trabalho, a lotação das salas de aula, a ausência de atenção especial que a inclusão
14. exige, o despreparo proposital dos gestores, praticas patrimonialistas que impactam sobremaneira as
15. relações socioprofissionais na educação, comprometendo sua natureza essencialmente relacional, criativa e
16. autônoma. e ao

16.

17. A politica de ajuste fiscal do governo do Distrito Federal, associada à crescente militarização da estão
18. pública e criminalização da luta sindical, insere os profissionais da educação em ui enário de perda de
19. direitos, congelamento das carreiras e sobrecarga emociona

20.

21. O avanço do neoconservadorismo e do neoliberalismo se materializa na gestão que desvaloriza e ainda
22. culpabiliza incessantemente os profissionais da carreira magistério.

23.

24. O aumento expressivo de licenças médicas, especialmente por sofrimento mental, evidencia a urgência
25. de politizar a saúde dos(as) educadores(as). O trabalho docente, quando esvaziado de sentido, submetido a
26. pressões burocráticas e desamparado institucionalmente, se torna adoecedor.

27.

28. 1. Defesa da carreira, dos direitos e da valorização profissional

29.

30. • Fortalecer a reivindicação e a revogação de portarias que intensificam a carga de trabalho, como o
31. ponto eletrônico e a sobreposição de tarefas pedagógicas e burocráticas.

31.

32. • Garantir a recomposição salarial conforme perdas inflacionárias acumuladas.

33.

34. • Defender concursos públicos regulares, bem como a convocação imediata de concursados e assim,
35. reduzir a precarização via contratos temporários.

36.

37.

38.

39.

40.

2. Qualidade de vida no trabalho e saúde dos(as) educadores(as) orientadores/as

- Criar e fortalecer comissões paritárias para acompanhar, avaliar os afastamentos resultantes do adoecimento dos trabalhadores da carreira magistério criando mecanismos que fortaleçam as notificações oficiais.
- Exigir políticas institucionais de cuidado à saúde mental com base nas abordagens da psicodinâmica do trabalho e da ergonomia da atividade, formando gestores escolares e educacionais para o seu respectivo enfrentamento.
- Ampliar espaços de denúncias, de escuta e de suporte coletivo nas unidades do trabalho (escolas e coordenações regionais e centrais), com serviços de apoio psicossocial vinculados rede de saúde do trabalhador.

3. Fortalecimento da base e da ação sindical territorial

- Promover formação política crítica nos locais de trabalho, articulando educação sindical, saúde mental e luta de classes.
- Reforçar os núcleos de base e as assembleias territoriais como instâncias de deliberação.
- Estimular a autogestão de campanhas locais e fóruns de resistência por escola, região ou CRE.

4. Ampliação das alianças e articulação interssetorial para resposta ao adoecimento no magisterio

- Estabelecer parcerias com movimentos sociais, universidades e serviços públicos em defesa da escola pública, laica e democrática
- Atuar junto ao Legislativo e ao Ministério Público do Trabalho na denúncia de políticas de assédio institucional, sobrecarga e militarização da educação.
- Promover encontros interssetoriais com a saúde e a assistência para fortalecer redes de proteção social nas escolas.
- Propor protocolo de atendimento e de notificação ao Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde e da Educação de denúncia da violência mental laboral contra profissionais do magisterio que visem responsabilizar a SEEDF, denunciando-a nas instâncias que a farão agir em prol de práticas que visam aumentar a saúde e reduzir o adoecimento destes trabalhadores

1. VI. Conclusão: Educação como território de resistência

2.

3. A construção coletiva desta tese nasce do cotidiano de luta de uma categoria que não se resigna. No
4. momento em que vivemos, reafirmar a dignidade do trabalho educativo é um ato profundamente político. O 13º
5. Congresso Carlos Mota deve ser espaço de escuta, elaboração coletiva e fortalecimento da unidade. Rejeitamos
6. a fragmentação e o individualismo impostos pelo neoliberalismo. Reivindicamos a escola como território de
7. resistência e os sindicatos como instrumentos vivos de transformação social. Sigamos juntos(as): com luta,
8. coragem e resistência.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.

21.

22.

23.

24.

25.

26.

27.

28.

29.

30.

31.

32.

33.

34.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.

PALESTINA LIVRE

قريحت لاني طسلف



Filiado:
CUT
CNTE

46
ANOS

